

300 PMs caçam posseiros no Pará



Cadáveres insepultos, unhas arrancadas, estrupos, seqüestros — há um mês a Polícia Militar faz valer a lei da selva no município de Vizeu, norte do Pará. As vítimas são milhares de posseiros que ousaram vencer os jagunços na gleba Cidapar, palco do maior conflito de terras do país atualmente. A caçada humana se concentra contra os líderes camponeses Quintino (foto menor) e Abel. Pág. 10

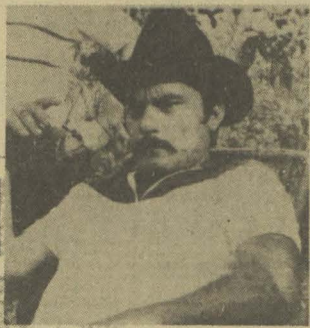


Foto: Raimundo Dias

A partir deste número a Tribuna Operária está mais cara, forçada pelo aumento escandaloso dos custos (só o quilo de papel em 12 meses passou de Cr\$ 671 para Cr\$ 2.466). Confiamos que nossos leitores compreendam. E chamamos todos a fazerem assinaturas, uma forma mais barata para o leitor e que também ajuda o jornal.

EDITORIAL

Ano de esperanças

Depois de duas décadas de ditadura, finalmente os brasileiros têm motivos para comemorar com grande alegria a passagem do ano. Em 1985 temos esperança de mudanças positivas no país. A partir de 15 de janeiro teremos um presidente escolhido pela pressão de uma vasta campanha democrática que sensibilizou a opinião pública nacional. Em todo o país cresce a confiança de um futuro de liberdade e de progresso.

Alguns consideram que a simples conquista de um presidente saído da oposição encerra todas as questões da luta contra a ditadura. Não percebem — ou não querem deixar o povo perceber — que ainda existe um intenso trabalho de consolidação do triunfo democrático alcançado até aqui. O arbítrio destes 20 anos de regime militar está impregnado em todas as instituições. E o próprio processo indireto de eleição do novo presidente deixa um campo aberto para que muitas posições ocupadas até agora pela reação mantenham-se praticamente incólumes. Muitos compromissos, necessários para permitir a derrota de Paulo Maluf, servem de freio ao processo de democratização. Desta forma, defender o governo democrático contra as múltiplas pressões dos grupos que estão sendo afastados do Palácio do Planalto será uma preocupação dos trabalhadores e de todas as forças progressistas do país.

Outros encaram — ou tentam apresentar — o governo Tancredo como o grande ideal democrático dos brasileiros. Este é o governo que mostrou-se possível, dadas as atuais condições políticas do país e o grau de organização popular, para derrotar o regime militar. Mas a sua própria natureza de classe e a composição das forças que o sustentam indicam que a sua profundidade

na luta pela liberdade fica muito aquém daquilo que o povo deseja. Neste sentido, há um espaço enorme, mesmo dentro dos marcos democráticos, a ser ocupado. E nenhuma conquista virá como dádiva dos governantes. Dependerá da organização e da mobilização dos trabalhadores e das massas populares.

Questões como a dívida externa, a Constituinte, luta pela terra, a elevação real dos salários, o combate à carestia, terão interpretação diferente dentro das forças que hoje aglutinam-se em torno da candidatura Tancredo Neves. Os novos problemas em pauta levarão a uma alteração significativa na correlação de forças políticas. E exigirão dos trabalhadores muita habilidade.

Este quadro político, por um lado de consolidação das vitórias democráticas e por outro de luta para ampliar o terreno conquistado, será a característica essencial deste novo ano que nasce. As lições aprendidas nos 20 anos de resistência aos generais serão valiosas. Em particular o grande ensinamento de que isolados os trabalhadores não podem obter êxitos duradouros. A capacidade de encontrar aliados, mesmo que temporários e vacilantes, será de grande importância.

O ano que começa será portanto cenário de grandes lutas para transformar em realidade o anseio de mudanças. A vitória da candidatura Tancredo Neves não resolve por si mesma os problemas do país; apenas criará melhores condições para que o povo discuta e se una para forjar as soluções efetivas.

A Tribuna Operária, coerente com sua trajetória de cinco anos de luta, deseja aos trabalhadores e a todo o povo brasileiro êxitos na sua procura de liberdade e progresso, e na árdua caminhada por um novo regime, de democracia popular, rumo ao socialismo.

Ofensiva contra esquema dos currais eleitorais

Ulysses Guimarães abre debate sobre necessidade de pôr fim à fraude nos feudos eleitorais da reação — uma das premissas para que a Assembléia Nacional Constituinte seja, de fato, livremente eleita. Página 3

O socialismo na Albânia visto por João Amazonas

Após assistir ao 40º aniversário da revolução albanesa, o líder comunista conta o que viu. P. 2

Funcionários militares têm privilégios nos reajustes

Funcionários federais paisanos tiveram reajuste de 75% mas os fardados abocanharam 127%! Pág. 3

Frei Caneca, o revolucionário, 160 anos depois

Artigo de Pedro Pomar, escrito há 10 anos, na clandestinidade, homenageia o mártir da Confederação do Equador. P. 5

EXCLUSIVO

Grevista inglês fala da luta nas minas britânicas

Holmes, dirigente do Sindicato dos Mineiros da Inglaterra, denuncia a violência de Thatcher. Página 2

Sindicalismo cria raízes no campo em Goiás

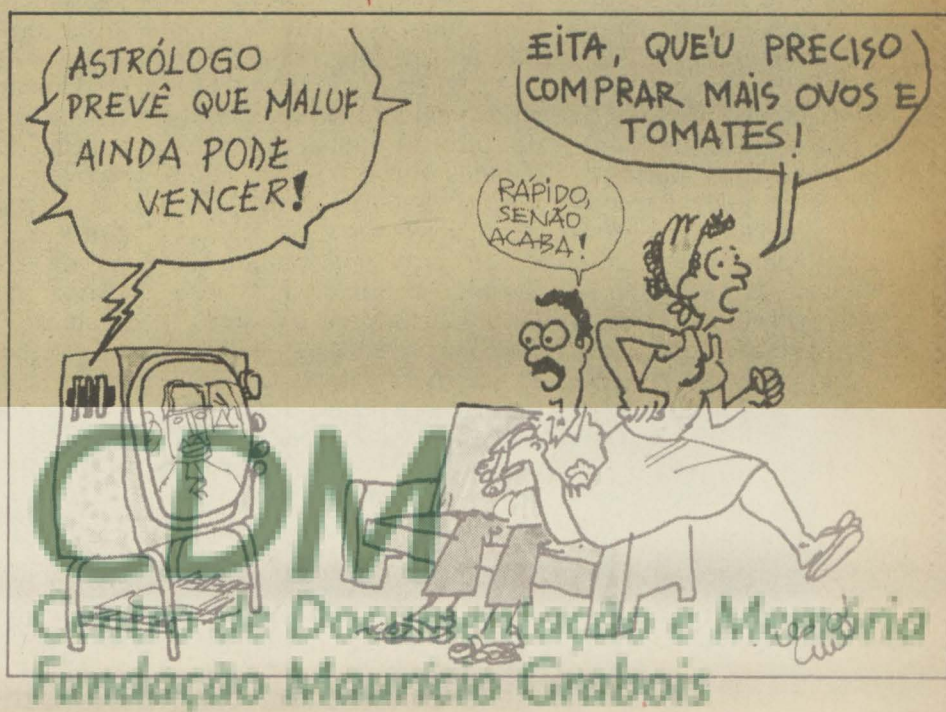
Um quadro de luta e avanço, nos choques pela terra no norte ou nas greves no sul. Pág. 6

Começou o Ano Internacional da Juventude

Aldo Rebelo, coordenador da UJS, escreve sobre o que vale a pena festejar em 1985. Leia na pág. 4

Não existe trégua com trabalhador passando fome

Sindicalistas discutem proposta de pacto social formulada pelo candidato Tancredo Neves. Pág. 7



COM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

João Amazonas: “Encontrei a Albânia em festa”

O veterano dirigente comunista João Amazonas esteve recentemente na República Popular Socialista da Albânia, onde assistiu às comemorações do 40º aniversário da libertação nacional e da vitória da revolução popular naquele país. De volta ao Brasil, falou à *Tribuna Operária* sobre a sua viagem:

TO: O que você viu na Albânia?

Amazonas: Encontrei a Albânia em festa, fazendo o balanço de importantes conquistas na construção do socialismo. O povo manifestava por toda a parte sua alegria pelas vitórias alcançadas. E com razão. A nação albanesa avança com passos seguros no caminho da nova vida que se traçou há quatro décadas. Notáveis são as transformações operadas em tão curto período histórico. De país atrasado, sem indústria nem transportes, com reduzida e primitiva produção agrícola, carente de escolas e registrando alto nível de analfabetismo, politicamente dependente e submetido aos exploradores estrangeiros, a Albânia, sob o socialismo, deu gigantesco salto nos terrenos econômico, social, político e cultural. Venceu as barreiras impostas pelos inimigos internos e externos ao seu amplo desenvolvimento. Ao festejar o 40º aniversário da revolução popular, havia construído uma indústria moderna, eletrificado o país em larga escala, organizado em bases novas a produção agrícola que se equipara em aspectos técnicos e produtividade à dos países mais poderosos, desenvolveu a cultura, a ciência e assegurou o bem-estar do povo. A Albânia é uma exceção no mundo de hoje afundado na crise. Não tem dívida externa, nem inflação, nem desemprego; lá todos têm direito à instrução gratuita, ao lazer, à elevação constante do seu padrão de vida. Afirmou-se como nação livre e soberana. O balanço dos 40 anos de poder consta do in-



João Amazonas e Ramiz Alia, em Tirana

forme apresentado na sessão solene do dia 27 de novembro pelo camarada Ramiz Alia, presidente da Assembléia Popular e secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia.

TO: A que você atribui essas espetaculares transformações ocorridas na pequena Albânia?

Amazonas: Isto tudo é fruto da mudança do regime social que passou a ter por base o poder popular como forma da ditadura do proletariado. Quando a burguesia e seus acólitos propagam a falência do socialismo e quando os renegados da revolução, traidores da classe operária, declaram que o marxismo-leninismo envelheceu, a Albânia é a resposta contundente à pregação contra-revolucionária. Ali, às margens do Adriático, se comprovam a vitalidade, a justeza e atualidade das nobres idéias de Marx e Engels, de Lênin e Stálin e de outros combatentes de vanguarda do proletariado. Ali fica demonstrado que o socialismo científico é a verdadeira perspectiva histórica de todos os povos. A Albânia ergue bem alto a bandeira da esperança, da certeza da vitória da causa dos explo-

rados e oprimidos de todos os continentes.

Compreende-se, assim, por que o jubileu do movimento revolucionário albanês foi também uma festa do proletariado e das forças progressistas de todo o mundo. Dezenas de atos públicos foram realizados em diversos lugares, centenas de mensagens de congratulações, juntamente com a saudação calorosa dos partidos marxistas-leninistas, chegaram a Tirana. Ecoou longe o brado das massas populares em defesa do socialismo, triunfante na Albânia. Saudaram também a passagem da data da libertação nacional albanesa os governos de mais de cem países que mantêm relações diplomáticas com o Estado albanês, demonstrando esse fato que a Albânia conquistou espaço na arena mundial com sua política de paz, de respeito à soberania e à independência de todas as nações, de defesa dos direitos dos povos.

Dois verdadeiros presentes de aniversário deram maior destaque à festa dos albaneses: a publicação do livro “Quando se Lançavam os Alicerces da Nova Albânia” e a “Mensagem de Saudação por motivo da passagem do 40º ano de libertação da Albânia”, ambos

da autoria do camarada Enver Hoxha. O livro rememora os fatos que marcaram, desde o começo da luta libertadora, o caráter unitário, mas independente, do movimento revolucionário dirigido pelo partido dos comunistas. Mostra que o poder popular não surgiu pronto e acabado num determinado momento da luta. Seus elementos essenciais foram-se constituindo passo a passo no duro processo da guerra para livrar o país da ocupação estrangeira e para garantir a democracia ao povo. Mostra igualmente que, se a direção da luta cabia ao proletariado revolucionário, a massa fundamental dos combatentes estava nos camponeses, que revelaram elevado espírito patriótico. Bela na forma e expressiva no seu conteúdo revolucionário, a mensagem do camarada Enver realça com grande ênfase o papel fundamental das massas na preservação dos valores históricos e no avanço da sociedade a novos estágios de desenvolvimento. Escrita numa linguagem simples, fala ao coração do povo e traduz os seus sentimentos e anseios mais caros.

O 40.º aniversário da vitória do povo na Albânia ressaltou, mais ainda, a grande figura, a personalidade histórica de Enver Hoxha, um eminente filho do povo albanês que dirigiu à frente do Partido do Trabalho e das grandes massas populares a luta de libertação e a construção do socialismo. Ele foi aplaudido com enorme entusiasmo por homens e mulheres, jovens e velhos, trabalhadores e intelectuais nas vigorosas manifestações realizadas em toda a Albânia.

TO: Qual sua impressão final dessa viagem?

Amazonas — Volto do país das águias ainda mais convencido da inevitabilidade da vitória dos ideais socialistas, único meio de livrar a humanidade para sempre das guerras de rapina, da opressão e exploração imperialista, da falta de liberdade, das crises que arrastam ao desespero o povo trabalhador.



Manifestação em apoio aos grevistas. Na foto menor, Holmes

Repressão não dobra grevistas da Inglaterra

A greve dos mineiros ingleses do carvão completa no próximo dia 12 dez meses de duração. Eles defendem seu direito ao trabalho contra um plano do governo conservador de Margaret Thatcher que prevê o fechamento de 20 minas e o desemprego de 20 mil mineiros. A *T.O.* publica com exclusividade uma entrevista de Joe Holmes, dirigente do Sindicato Nacional dos Mineiros, concedida na Alemanha a um comitê de apoio à greve.

A chegada do inverno ameaça as reservas de carvão na Inglaterra e pode levar ao colapso a economia britânica. Por isso Margaret Thatcher tenta subornar os mineiros, prometendo “prêmios” para os grevistas que retornarem ao trabalho. Como você vê esta situação?

Holmes: O governo e a Junta Nacional do Carvão fazem grande alarde de sua tentativa de comprar os trabalhadores. No começo, éramos 156 mil em greve. Depois de todas as campanhas para que voltássemos ao trabalho, veio essa tentativa de comprar alguns grevistas. Mas em dezembro continuavam parados 150 mil mineiros.

Como fica a Grã-Bretanha com a chegada do inverno?

Holmes: As reservas de carvão das usinas termoeletricas de todo o país estão acabando. Muitas delas operam já parcialmente. A única região onde há reservas significativas é a central. Assim o governo se vê diante de uma importante decisão política: as únicas reservas utilizáveis de carvão estão nas minas, e a única maneira de transportá-lo é chamar o Exército. Se tomar esta decisão, ninguém pode prever o que vai acontecer. Os sindicalistas e ativistas iriam se mobilizar ainda mais para impedir que o carvão saia de nossas minas.

Mas o governo se vê diante de uma situação ainda mais perigosa: é sempre preciso no inverno contar com estoques de carvão para atender à demanda de energia. No momento, os estoques não existem. E a situação interna das minas piorou tanto que demoraria no mínimo de nove meses a um ano para retornar à produção normal, ainda que a greve acabasse imediatamente. Com isso, a economia britânica fica ameaçada novamente de ter que adotar a semana de dois ou três dias de trabalho, como em 1974. Só que agora ela teria que durar mais tempo. Um desastre econômico desses mostra que Thatcher está

disposta a arrasar a economia do país para alcançar seu objetivo: destruir o movimento sindical britânico.

O que aconteceu na greve de 1974?

Holmes: Em 1974 o governo conservador de Edward Heath colocou a Inglaterra sob regime de três dias de trabalho por semana. Foi uma tática para jogar a população contra os mineiros para, nas eleições gerais, derrotar os sindicatos. Mas Heath enganou-se, os britânicos não votaram contra os trabalhadores e foi ele que perdeu as eleições. A greve foi vitoriosa. O governo que substituiu o de Heath elaborou uma política energética que garantia que a exploração do carvão não seria abandonada, mas estendida. Só que o atual governo, de Thatcher, não seguiu este plano. Ele prioriza a energia nuclear. Com isso, desde 79 os conservadores fecharam 41 usinas elétricas a carvão. Logo ficará pronta a última que está em obras e não há planos de construir outras.

Como está a violência nos confrontos entre polícia e piquete?

Holmes: A violência não vem de nós. É interessante lembrar das greves mineiras de 72 e 74: nelas nós já fazíamos piquetes de massa, mas não houve violência. Mas agora o governo decidiu reprimir os piquetes com violência cada vez maior da polícia. E quando a violência chega a um certo ponto, não é mais possível evitar que pessoas sejam feridas e mesmo mortas. Até agora morreram cinco mineiros em piquetes: dois atropelados por carros que transportavam fura-greves e outros três em consequência de ferimentos. Mais de dois mil foram feridos e mais de nove mil presos. Portanto uma coisa os operários devem fazer: defender-se o melhor que puderem. Os sindicalistas aprenderam com a história que a resistência passiva não traz nada além da derrota. (Michael Werth, da Alemanha)

Terror fascista na Guatemala

O exército guatemalteco continua submetendo o povo a criminosas campanhas repressivas nas cidades e no campo. Nas regiões definidas como “áreas em conflito”, as tropas governamentais realizam seqüestros massivos, bombardeios de aldeias, destruição de plantações. Nas cidades os opositores são assassinados e são realizadas prisões em massa.

Particularmente hediondos são os seqüestros massivos nas “áreas em conflito”. Segundo denúncias da imprensa opositora guatemalteca, as pessoas capturadas por esse meio, quando não são assassinadas, aparecem depois confinadas em áreas militarizadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, no departamento de Totonicapán, onde das 47 pessoas seqüestradas pelo Exército, mais de 20 foram torturadas e assassinadas. Em Nebaj, departamento de El Quiché, as tropas governamentais seqüestraram em novembro 32 crianças, 6 homens e 10 mulheres, que foram posteriormente presos num campo militar.

Além dos seqüestros, as forças do Exército fascista da Guatemala promovem constantes bombardeios contra povoações camponesas. Recentemente, o povoado de Vicupanabitz foi bombardeado por um avião A-37B que lançou 14 bombas e metralhou a população civil. Este bombardeio sucedeu uma operação de terra arrasadora em outubro de El Quiché.

As forças opositoristas guatemaltecas denunciam ainda que com tais operações o Exército visa submeter a população a inteiro controle militar nos chamados “pólos de desenvolvimento”, que na



A oligarquia militar mantém o poder reprimindo o povo guatemalteco

verdade são povoados onde o único poder é o do do Exército. Mas a população camponesa tem oferecido uma tenaz resistência, procurando formar núcleos e aldeias nas montanhas e em outras áreas fora do controle militar.

A violência do Exército é ainda maior quando se trata de atacar as populações consideradas como base de apoio do movimento guerrilheiro. As mulheres são o principal alvo do barbarismo militarista. Segundo dados oficiais veiculados pela imprensa guatemalteca, entre os meses de abril e setembro do ano passado, 800 mulheres das etnias ixil e cackchiquel foram violadas pela tropa acantonada na localidade de Zaragoza. 500 dessas mulheres são menores de idade e se encontram grávidas.

A VIOLÊNCIA NA CAPITAL

Durante todo o ano de 1984, a capital da Guatemala

foi alvo de constantes operações militares, sob o pretexto de combater a delinquência comum. As batidas policiais resultaram em milhares de presos que freqüentemente eram torturados em cárceres clandestinos e permanecem até hoje desaparecidos. Muitos jovens capturados nas batidas policiais foram recrutados para o serviço militar obrigatório. A repressão policial atinge também estudantes e professores da Universidade de San Carlos, assim como vários dirigentes sindicais.

Estão sendo descobertos cemitérios clandestinos em vários pontos do país. A capital tem sido palco também de uma série de assassinatos entre elementos das próprias classes dominantes, nos marcos da luta eleitoral que está em curso no país. A violência é tamanha que até mesmo um deputado da Assembléia Nacional Constituinte foi assassinado devido

à luta entre partidos das classes dominantes.

O PROBLEMA DOS REFUGIADOS

Agrega-se a esse quadro geral de sanha repressiva contra o povo o drama dos 46.000 refugiados guatemaltecos emigrados para terras mexicanas a fim de escapar às campanhas de aniquilamento e à degradação econômica e social.

Agora, o governo reacionário guatemalteco está planejando o repatriamento desses refugiados, a fim de instalá-los em “aldeias modelo”.

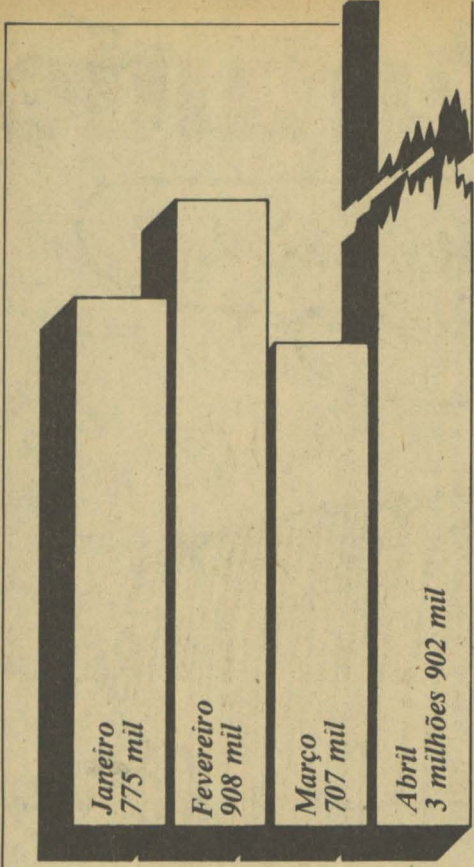
A violência repressiva na Guatemala reflete o desespero da oligarquia interna e do imperialismo norte-americano com o crescimento da luta popular revolucionária. Indica a debilidade interna do regime e coloca na ordem do dia a intensificação da luta de todas as forças democráticas e patrióticas pela liberdade e a independência nacional.

Aborta mais uma tentativa de golpe militar na Bolívia

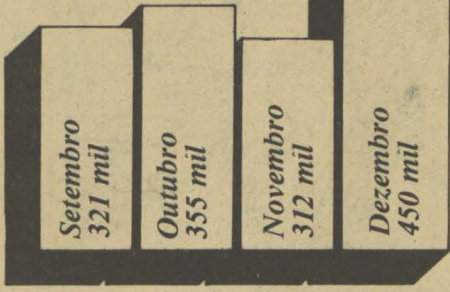
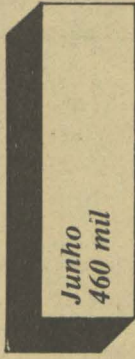
Grças ao alerta dado pela Confederação Operária Boliviana (COB), deu em água a tentativa de golpe do comandante do Exército, general José Olvis Arias, contra o presidente Hernan Siles Zuazo. No dia 29 Zuazo havia destituído Arias do comando do Exército, após ter sido avisado pela COB de que o general planejava derrubar o seu governo. Arias recusou-se a passar o cargo a seu substituto, general Lopez Leyton. Mancomunado com outros 30 generais e coronéis, Arias resolveu antecipar seu projeto golpista. Mas a pressão dos operários da COB e dos setores democráticos sobre as reacionárias forças armadas bolivianas fez com que falhasse apoio aos golpistas. Num primeiro momento, o

presidente Zuazo nomeou para substituir Arias no comando do Exército o general Hugo Giron da Flores. Mas este declarou-se fiel ao golpista e recusou o cargo. Zuazo acabou substituindo Arias pelo general Lopez Leyton. Mas este já prometeu “amplas garantias” ao general rebelado, prometeu que seu destino será decidido pelos colegas de farda do golpista e nem sequer o deteve!

A Bolívia entra, portanto, num turbulento 1985, já sob a ameaça dos militares golpistas. Estão previstas eleições presidenciais no país em julho próximo. E o clima tempestuoso do país dá mostras de que a campanha eleitoral será realizada sob ameaça das forças armadas.



Mais de oito milhões nas ruas no ano de 1984



Em nossa edição passada, uma falha gráfica tornou impossível a compreensão do gráfico que ilustrava o artigo “Uma maré de gente nas ruas”, na página 6. Por isso voltamos a publicar o gráfico, que espelha, mês a mês, o número de pessoas presentes nas manifestações oposicionistas, ao longo de 1984. Não repetimos a discriminação, já publicada, do número de participantes, data e local de cada comício. Mas aproveitamos para atualizar os números referentes a dezembro. Com o comício de Aracaju, dia 15, e a grande festa política da juventude em Recife, dia 16, sobe para 450 mil o total de manifestantes durante o mês.

TOTAL: 8,2 MILHÕES!
A soma desses 12 meses alcança um total im-

pressionante: nada menos que 8 milhões e 190 mil brasileiros saíram às ruas durante o ano, na histórica campanha pelas diretas-já e, em seguida, nos comícios em apoio a Tancredo Neves. O gráfico mostra o ponto culminante das mobilizações, em abril, mês em que foi votada a emenda Dante de Oliveira. E também as duas ondas sucessivas de comícios, primeiro pelas diretas e a seguir pela candidatura única das oposições. As manifestações de junho ocorreram ainda sob o signo das diretas, retirada na última hora pelo general-presidente. Julho e agosto marcaram o divisor de águas entre as duas campanhas. A partir de setembro começou a safra dos comícios pró-Tancredo.

Figueiredo arrocha servidor civil

No apagar das luzes do regime que implantaram em 1964, os militares continuam realizando todos os tipos de manobras para assegurar os privilégios e as mordomias que acumularam nesses 20 anos. Uma das últimas medidas que tomaram nesse sentido foi o reajuste salarial dos servidores públicos federais civis e militares, estabelecido através do decreto-lei 2.294, baixado no dia 28 de dezembro pelo general Figueiredo.

Pelo decreto, os vencimentos dos funcionários civis serão acrescidos em apenas 75%, enquanto os militares receberão um índice de aumento sobre o soldo da ordem de 127%, a vigorar a partir deste mês. Dessa forma, alargou-se ainda mais a disparidade entre os salários das duas categorias de servidores — enquanto os primeiros continuam vítimas de um brutal arrocho, a alta oficialidade vê suas vantagens mantidas e elevadas.

Antes mesmo que o novo reajuste fosse decretado, a União Nacional dos Servidores do Brasil havia manifestado, em matéria paga publicada no jornal “Correio Brasiliense”, o protesto dos funcionários contra “o tratamento discriminatório que tanto sacrificou a categoria nos últimos anos”. Os professores e servido-



Enquanto está de pé, o regime busca manter os privilégios dos generais

res das universidades autárquicas, do outro lado, depois de uma greve de 84 dias, continuam sem conseguir receber o abono emergencial que pleiteiam.

A discriminação abusiva e arbitrária já virou rotina: em janeiro de 83, depois que os militares receberam um reajuste de 105% contra 61% concedido aos civis, os funcionários realizaram várias greves nos Estados e um Dia Nacional de Luta contra o arrocho salarial.

Agora, o vencimento total de um general irá para cerca de Cr\$ 9,4 milhões (já incluídas as vantagens de gratificações e indenizações, que constituem aproximadamente 75% dos rendimentos e

estão isentas do imposto de renda); um coronel passará a ganhar Cr\$ 6,5 milhões. Isso sem contar as mordomias a que os encastelados no poder recorrem e que são obtidas de mil e uma outras maneiras, inclusive, e especialmente, através da corrupção, do servilismo diante do capital estrangeiro, tráfico de influência em todas as esferas.

O reajuste fixado por Figueiredo é mais um episódio a evidenciar para o povo o caráter mesquinho e arbitrário do regime imposto e mantido à força pelos militares golpistas. Não é de estranhar o apego desesperado que têm ao poder.

Lídice, líder do PMDB em Salvador

“A nova mesa da Câmara Municipal de Salvador deverá abraçar como principal tarefa a luta por eleições diretas imediatas para prefeito.” A posição foi anunciada pela nova líder da bancada do PMDB, vereadora Lídice da Matta, ao ser confirmada sua eleição no dia 2. Junto com o colégio de líderes, foi eleita a nova mesa, que tem na presidência o vereador Ib Matos e, entre outros, os vereadores Sérgio Passarinho e Sérgio Olivaes.

UNIDADE DO PARTIDO
Apesar da divisão provocada na bancada peemedebista (nove dos 26 vereadores votaram em branco), Lídice da Matta conclamou à unidade “dos que divergem, discutem e encontram o

ponto comum, capaz de dar prosseguimento à luta em defesa da cidade e seu povo.” Para ela, “o ano de 1985 será de grandes mudanças, com o fim do ciclo autoritário e o início de uma nova época para a nação, situação que exigirá da Câmara uma posição firme na condução da luta popular.”

Ex-líder estudantil e popular (presidiu o Diretório Central dos Estudantes e a Comissão Provisória da União de Mulheres da Bahia), Lídice da Matta destacou-se pelo desempenho do mandato sempre ao lado das causas populares em Salvador. Integrando a Tendência Popular do PMDB, ela conseguiu o apoio da maioria da bancada do partido pelas suas

posições firmes e intransigentes em não negociar os interesses dos setores populares da cidade, que elegeu a maior bancada oposicionista do país e transformou-se na “Capital da Oposição”, ao dar ao PMDB 82% dos votos nas últimas eleições.

RECONQUISTAR PRERROGATIVAS

Lídice da Matta e o novo presidente da Câmara, Ib Matos, comprometeram-se a manter a luta pela reconquista das prerrogativas do Legislativo e da resistência contra o autoritarismo como forma de governo. Para Lídice, a primeira mulher a assumir a liderança de uma bancada de vereadores em Salvador e a terceira vereadora mais votada na cidade, a bancada oposicionista será o retrato do Legislativo unido em torno das reivindicações populares. No seu primeiro discurso como líder do PMDB, ela reafirmou a necessidade de se lutar por eleição direta para prefeito da capital. E lembrou que “a cada dia se torna mais difícil contracenar a legitimidade do voto do Legislativo e a bionicidade do Executivo em Salvador.

“Diretas para prefeito será a conquista que buscaremos neste novo ano”, garantiu Lídice, e se comprometeu a empenhar “todo o nosso esforço na mobilização do povo, dos Sindicatos, das associações de bairro, das entidades estudantis, dos clubes de mães” como forma principal de trabalho da bancada. (da sucursal)

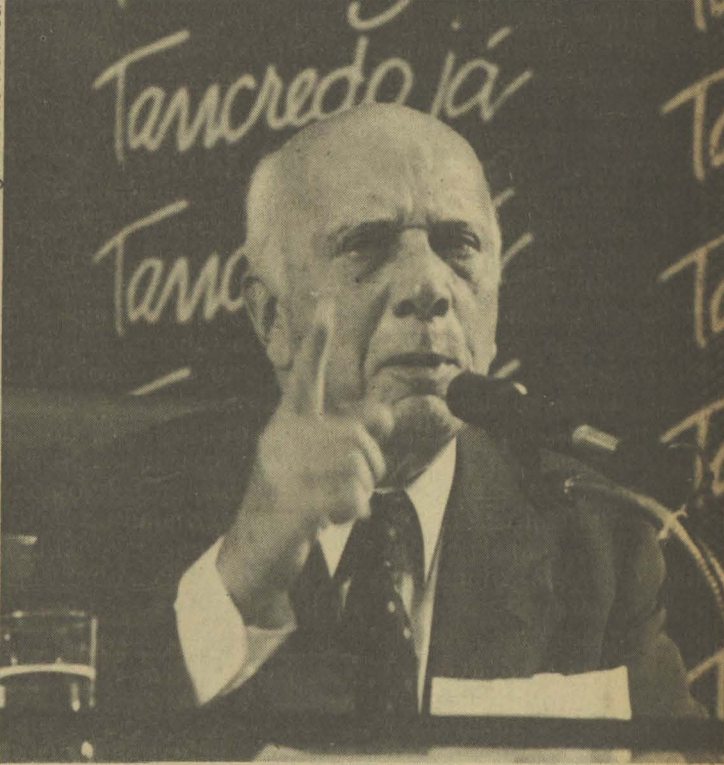


Lídice da Matta, a primeira mulher líder de bancada da capital baiana

Constituinte deve ser livre de fraude eleitoral

A partir de uma polémica declaração de Ulysses Guimarães, ganhou corpo a discussão sobre como evitar a fraude na eleição da Constituinte. Quinta-feira dia 3, em Recife, ela esteve na pauta do encontro de Tancredo Neves com diversos líderes do PMDB nordestino, que aventaram a hipótese de um recadastramento geral dos eleitores para sanear a votação.

Foto: Angelo José Peirosa



Ulysses: contra os entulhos da legislação arbitrária

O presidente nacional do PMDB foi peremptório. Falando sobre os pré-requisitos para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em Campinas, no último dia 19, asseverou: “É preciso desobstruir o caminho dos entulhos de uma legislação arbitrária. Não podemos ir para as eleições com casuísmos e temos que expurgar o eleitorado do Nordeste, que é fraudulento, que é uma vergonha, porque há gente que vota dez ou quinze vezes, e há deputados, senadores e até governadores com cadeiras roubadas”.

Com vasta familiaridade com as mutretas da vida política, Ulysses Guimarães certamente sabia que ao dizer o que disse estava comandando uma briga séria — inclusive com um vasto contingente de políticos que voltaram as costas ao regime militar e dia 15 estarão votando em Tancredo Neves. Mas diante dos protestos, que se avolumaram na área do recém-nascido Partido da Frente Liberal, Ulysses sustentou a opinião: “Quem achar que não existem fraudes eleitorais, que vá ao tribunal para ver”.

UM OUTRO BRASIL

Sem dúvida, o problema existe. E o dirigente peemedebista, longe de exagerá-lo, até pecou por excessiva moderação ao circunscrever o expurgo ao Nordeste. Basta ver o caso do Mato Grosso, talvez a mais escandalosa fraude das eleições de 1982, que rendeu ao PDS o governo estadual e uma cadeira no Senado (ocupada pelo desavergonhado entreguista Roberto Campos), a milhares de quilômetros do Nordeste.

O fenômeno não é apenas nordestino. Nos centros urbanos, o cidadão ainda dispõe de certa liberdade de votar em quem queira. Funcionam outros mecanismos de distorção da vontade do eleitorado, igualmente

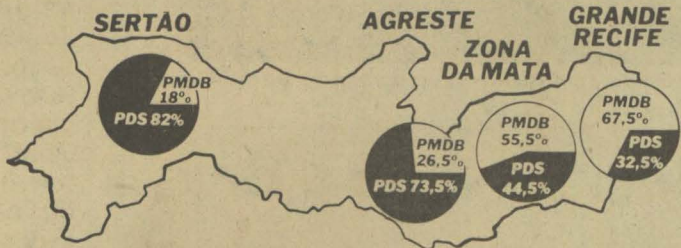
odiosos porém mais sutis, como o abuso do poder econômico. Já nas áreas camponesas, sobretudo onde impera o latifúndio de tipo antigo, é como se fosse um outro país, e um outro tipo de eleição. A instituição da fraude, ao lado dos “currais eleitorais”, produz eleições que mais se assemelham às de “bico de pena”, da República Velha. Prevalecem, nas urnas, as correntes mais retrógradas.

O Estado de Pernambuco, com sua geopolítica bem definida, oferece um exemplo cristalino. O eleitorado da capital, mais livre, vota invariavelmente nas forças progressistas. Porém, na medida em que se penetra pelo interior a dentro, a tendência vai se invertendo, até chegar ao alto sertão onde os eleitores vivem ainda sob o tácio do latifúndio. O quadro ao lado mostra como essa polarização aconteceu em 1982, repetindo um fenômeno que já vem de várias gerações.

PMDB PRÓ, PFL CONTRA

Nos “grotões” do país — para usar uma expressão de Tancredo Neves — votam os vivos e os mortos, desde que seja nos candidatos dos caciques produzidos pelo latifúndio. A proporção da fraude é avassaladora. Basta ver que quando se processou o último cadastramento eleitoral no país, em 1958, o número de eleitores reduziu-se sensivelmente, chegando a cair em 35% no Maranhão e na Paraíba.

O exemplo pernambucano: porcentagem de votos úteis que o PDS e o PMDB obtiveram em cada região do Estado nas eleições de 82



Encontro na Bahia unifica vereadores

Um grande passo no sentido da unificação da luta dos vereadores em todo o país. Esse foi o principal resultado do XXI Encontro Nacional dos Vereadores realizado no Centro de Convenções de Salvador, na Bahia, nos dias 11, 12, 13 e 14 de dezembro.

Na reunião foi eleita uma diretoria única para a União dos Vereadores do Brasil (UVB), presidida pelo vereador de Taboão da Serra (SP), Paulo Silas (PMDB), e tendo na secretaria geral Ney Campello, do PMDB de Salvador.

Até então, a entidade estava dividida e contava com

duas diretorias: uma, presidida pelo próprio Paulo Silas, foi eleita no XX Encontro da categoria, enquanto a outra, encabeçada pelo baiano Aldo Berlamino (PDS), havia sido tirada de uma reunião entre presidentes de Câmaras Municipais realizada em Brasília.

O XXI Encontro foi organizado em comum acordo entre as duas direções e, entre outras coisas, decidiu alterar os estatutos da UVB de forma a deixar claro que as eleições da diretoria só poderão ser realizadas nos encontros nacionais.

Cerca de 2.500 vereadores participaram do Encontro.

tro, que registrou uma disputa acirrada entre a chapa oposicionista de Paulo Silas e outra, composta por alguns vereadores do PDS, tendo a primeira ganho por uma diferença de quase 200 votos. Entre as resoluções políticas destacam-se o apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República e à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. A UVB pretende realizar, ainda este ano em Brasília, um Encontro Nacional dos Vereadores pela Constituinte, conforme a proposta aprovada por unanimidade em Salvador.

Muitas lutas no Ano da Juventude

Por resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), 1985 será o Ano Internacional da Juventude. Há dez anos, decisão semelhante determinou 1975 como Ano Internacional da Mulher. Em meio à comemoração, reuniões internacionais e denúncias em muito contribuíram para a evolução da luta pela emancipação da mulher em todo o mundo.

Em um ano comemorativo, o que há para se comemorar, então? Há, e muito. Impossível imaginar os avanços e progressos da humanidade, tomando apenas os dois últimos séculos como referência, sem imaginá-los como conseqüências do embate entre as classes revolucionárias e as classes reacionárias, e de vitórias das primeiras sobre as segundas, mas tendo sempre a juventude, principalmente das classes mais avançadas, como força motriz a alimentar de energia e vigor a marcha da roda da história rumo ao futuro.

Que transformação social de maior ou menor grandeza; que renovação, de conteúdo ou de estética, na literatura, música ou nas artes em geral; que feito grandioso, nos esportes ou nas ciências, foi alcançado sem o espírito de rebeldia e sacrifício da juventude?

Por quantas horas os operários de Paris teriam “tomado o céu de assalto”, em 1871, sem o concurso de sua juventude? Os tiros do Cruzador Aurora contra o Palácio do Inverno anunciaríam o alvorecer de um novo tempo, sem a massa de jovens operários, camponeses, soldados e marinheiros a sustentar o recém-nascido poder revolucionário na Rússia de 1917? A derrota do nazi-fascismo na década de 40 seria escrita da mesma forma sem que os povos de todo o mundo tivessem mobilizado sua juventude contra o inimigo maior da liberdade e da democracia?

“Se não foi assim, será de agora em diante.” O que não representou para a música, na época, a frase do jovem Beethoven, dita ao professor que julgara sem nenhum valor uma composição sua, por ferir as regras musicais de então? Os poetas mais velhos não imaginariam, ao criticar com azedume os versos daquele garoto, Vladimir Maiakovski — preso já aos 15 anos como militante revolucionário —, que ele viria a tornar-se um dos maiores nomes da poesia em todos os tempos. Certamente a avó de John Lennon não teria dito “Você jamais ganhará a vida com isso”, ao ver o neto manear pela primeira vez uma guitarra, se soubesse que aquele moço de Liverpool con-

quistaria gerações com os acordes de seu instrumento.

O mundo não esquecerá a humilhação imposta a Hitler por um rapaz negro norte-americano, Jesse Owens, ao deixar para trás o ariano preferido do *führer*, nas Olimpíadas de Berlim, em 1936. Nenhum aficionado do esporte desconhecerá a proeza de Emil Zatopeck — a locomotiva tcheca —, que nas Olimpíadas de 1952, em Helsinque, ganhou, com apenas um dia de diferença, as corridas de 5 mil e 10 mil metros, para em seguida conquistar também a maratona. Como esquecer os jovens Pelé e Garrincha a encantar os estádios com a mágica de seu futebol?

$E = mc^2$. Essa equação, saída da cabeça de um jovem físico de 26 anos, assombrou o mundo da ciência no início do século. A energia é igual à massa multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado: era a Teoria da Relatividade, explicava aos seus estupefatos contemporâneos o jovem Albert Einstein.

Tomando o céu de assalto em Paris

Nesse caminho persiste a juventude nos dias que correm. Seus feitos não cessaram. Ao contrário, ganharam impulso. Do despojamento e da generosidade de sua juventude se nutre a esperança dos povos de El Salvador, Nicarágua e Palestina, de viverem em uma pátria livre da dominação estrangeira. Das minas de carvão da Inglaterra, dos guetos da África do Sul, dos bairros operários de Santiago, ou dos canaviais de Pernambuco, soa forte o grito da juventude oprimida, contra o desemprego, pela liberdade e por uma vida melhor.

À revelia das disputas entre as potências imperialistas, atletas de todo o mundo confraternizam nas quadras e nas pistas a cada evento esportivo, erguendo o mais alto o sentimento de solidariedade e união da humanidade. Ainda neste final de ano milhares deles desfilarão alegres e felizes, pelas



A burguesia procura impor seus conceitos alienados e retrógrados aos jovens (desenho de Vilmar)

ruas de São Paulo, na corrida de São Silvestre.

Com o fuzil, tomados de sentimento patriótico e libertário, nas selvas da América Central; nas ruas da Europa, protestando contra a corrida armamentista; nos bancos escolares, fábricas, usinas e fazendas; nos estádios e nos palcos, vão os Jovens, num canto de otimismo “tecendo o amanhã”.

Grandes são as dificuldades a vencer, e espinhosos os caminhos que conduzem à liberdade. Ditaduras feroces, a inundar o planeta de sangue e terror, quando são necessárias para fazer prevalecer os privilégios. Democracias de fachada, quando a fachada é suficiente para conter o ímpeto dos insatisfeitos. Em ambos os casos, o combate de idéias como recurso e arma permanentes para neutralizar o impulso revolucionário da juventude; se não de todo, no que for possível.

“Vocês não viram nada”, diz Reagan, arrogante, depois de invadir Granada e ameaçar a Nicarágua, como se não tivéssemos visto, de fato, ainda há pouco, mais de 500 mil de seus soldados serem enxotados da Ásia pelos guerrilheiros vietnamitas; ou saírem de Beirute com o rabo entre as pernas depois de patriotas libaneses terem mandado seu QG pelos ares.

Da praça de São Pedro o papa João Paulo II, ainda na véspera de Natal, em homília dirigida aos jovens, vitupera contra as ideologias que pregam a luta de classes e apela à juventude que se volte para os “valores nobres” da vida, ou seja, aqueles que não ameacem os privilégios e a santa paz estabelecida, os lucros do Banco do Vaticano inclusive.

Num canto de otimismo, tecendo o amanhã

Aqui, os monopólios de comunicação de massa, capitaneados pela Rede Globo, vendem um modelo de vida segundo o qual cada indivíduo pode transformar-se numa ilha de felicidade, cercado de paisagens paradisíacas, carros último tipo e mulheres ricamente vestidas, por todos os lados. Não importa que nos intervalos para noticiário — a programação é o que nos referimos antes — se deixe escapar que há quase 10 milhões de desempregados no país, que o salário médio dos trabalhadores brasileiros reduziu-se em quase 20% nos últimos três anos, ou que só no ano passado 150 mil crianças morreram de fome no Nordeste.

A revista “Veja” (ventríloquo escrito da TV Globo) copia o “Time” estadunidense e diz que a década de 70 foi a década do “eu”. Certamente dirá, já que é o que repete semanalmente, que os anos 80 foram a década do “corpo”. Ademais, se tudo está perdido, se não vamos mudar a sociedade, o melhor mesmo é curtir o corpo numa “nice” e enfrentar a vida de maneira “cool” (fria, indiferente). Eis o que prega, linha por linha, nossa “melhor” imprensa.

No fundo de tudo, a insinuação: Quer ter o que eu tenho? Seja como eu sou, faça como eu faço, pense como eu penso. E as classes dominantes vão tentando forçar a juventude a seu estilo e gosto: mesquinha, egoísta e narcisista, indiferente ao sofrimento de seus semelhantes.

Mas mesmo a TV Globo sabe, embora enxergue sempre tardiamente, que existe mais segredo entre o céu e a terra do que sua vã filosofia. Bastaram alguns apedrejamentos e tentati-

vas de virarem seus autos platinados para que ela notasse, no começo do ano passado, que milhões de pessoas estavam indo às ruas numa jornada de luta jamais vista na história do país: assim, “como raio em céu azul” caindo sobre seu pomposo gabinete, o sr. Roberto Marinho descobriu a campanha das diretas-já, que se fosse uma cobra o teria mordido.

Mas afirma o ditado popular que “mato tem olho, parede tem ouvido e mentira tem perna curta”. E para a multidão de milhões de deserdados e injustiçados da nação, o mundo maravilhoso e fantástico da Globo não pula do vídeo para suas vidas num passe de mágica. Para eles, os rapazes bronzeados e as belas mulheres com suas deslumbrantes paisagens mais se assemelham a seres extra-terrestres a dizer-lhes: “Rendam-se terráqueos”, como alguém escreveu no muro de uma cidade brasileira.

Gato escondido com o rabo de fora

Geralmente ficam na situação do gato escondido com o rabo de fora. Basta ter olhos e ouvidos para desmentí-los. O que cresce no país? A dívida externa, o desemprego, a inflação, o analfabetismo e a exploração estrangeira, além das pontes de safena dos potentados e governantes. O que diminui? O salário de quem trabalha,

o valor dos produtos que exportamos, as verbas para educação e saúde, e, quem sabe por causa disso, a expectativa de vida do sistema social e dos responsáveis por esta situação.

Mas esta, ou quase esta, é a situação nos cinco continentes. Há 500 milhões de desempregados, quase todos jovens e adolescentes, proletários no sentido lato da palavra, vagando pelo mundo, sem ter no capitalismo apodrecido ao menos a quem vender a força do seu trabalho. E 120 milhões de africanos, maioria de jovens e crianças, estão condenados a morrer de fome. Das 40 milhões de crianças que morrem anualmente no mundo, metade seria salva, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, com um mísero bilhão de dólares, mísero quando se sabe que é apenas metade do que arrecadam por safra os chefes do narcotráfico, só na Colômbia, e apenas a milésima parte do investimento norte-americano no projeto “Guerra nas Estrelas”.

Por essa razão, os jovens não têm por que alimentar ilusões ou esperanças sob esse sistema iníquo. Saberão comemorar o ano que lhes é dedicado. Por certo haverá festas, música e alegria. Não por todo o tempo, já que terá de haver o tempo de lutar, para que um dia as festas, a música e a alegria cheguem para todos e fiquem para sempre. (Aldo Rebelo, coordenador da União da Juventude Socialista-UJS)



Geraldo Vandré encontrou inspiração no sentimento revolucionário da juventude

Comemorações em todo o Brasil

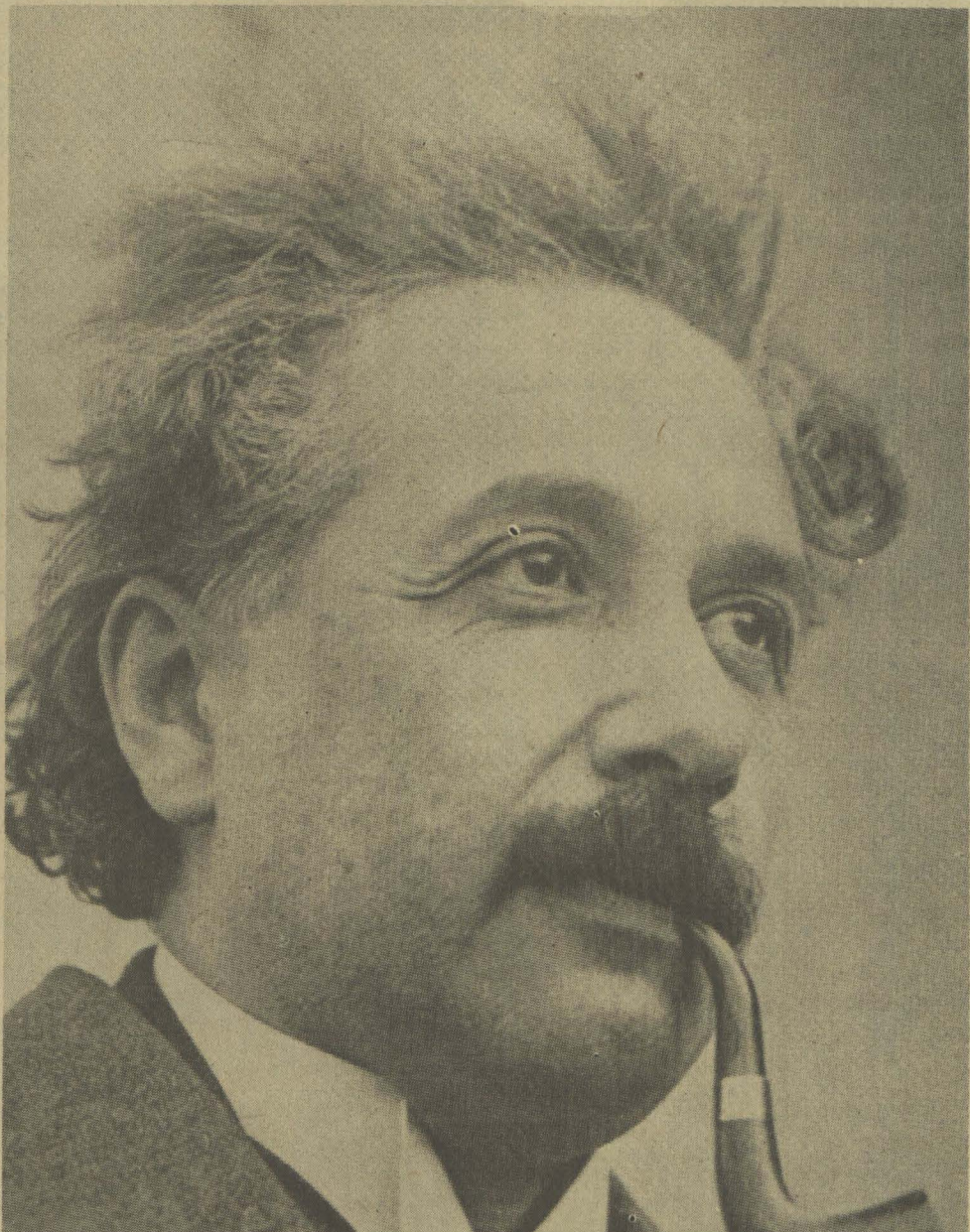
O Ano Internacional da Juventude será comemorado no Brasil. Para tanto a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União da Juventude Socialista, Juventude do PMDB, Juventude do PDT e outras organizações e entidades juvenis já tomam as primeiras iniciativas.

O caminho é a realização de um Festival Nacional da Juventude que, a partir de um comitê nacional com base nas entidades mais representativas da juventude (UNE e UBES), passe para a formação de comitês de apoio nos Estados e, posteriormente, nos municípios, bairros e escolas.

Preparar e comemorar o Ano Internacional da Juventude em nosso país é tarefa insubstituível da parcela mais avançada da juventude brasileira, que para esse objetivo não deve medir esforços na busca de apoio e aliados que assegurem o sucesso do acontecimento. Além dos próprios órgãos de representação e movimentos da juventude, os governos estaduais e o futuro governo

federal de oposição também estão chamados a contribuir e apoiar todas as atividades relativas ao acontecimento.

Na luta patriótica, democrática e revolucionária, nas artes, nos esportes e na cultura, a juventude brasileira dispõe de uma fileira inesgotável de heróis, referências para todo o ano. O jovem conspirador republicano Joaquim da Maia, o líder dos rebeldes cabanos do Pará, Eduardo Angelim, feito governador aos 23 anos de idade, o poeta Castro Alves; o cadete Euclides da Cunha; os jovens operários e intelectuais fundadores do Partido Comunista do Brasil, a guerrilheira Helenira Resende, o ex-presidente da UNE Honestino Guimarães; o jovem capitão Carlos Lamarca; os moços que fizeram a Semana de Arte Moderna em 1922; Paulo Pontes e Oduvaldo Vianna Filho (teatro), Geraldo Vandré e Chico Buarque (música), são alguns dos nomes a serem comemorados, lembrados pela juventude durante este ano de 1985.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Einstein descobriu a Teoria da Relatividade ($E=mc^2$) aos 26 anos

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Constituinte: pressa inútil

O PT em São Paulo, depois de cinco anos de debates — em plano nacional a discussão ainda não acabou —, decidiu que deve lutar a favor da Constituinte. E para se fantasiar de pioneiro, apesar de ser o último a aceitar esta bandeira, acrescentou logo Constituinte-Já. Nesta faina de inventar coisas novas, e inócuas, encontra apoio na “Folha de S. Paulo”.

OBJETIVO ESCUSO

Quando a luta pelas diretas começou, a tendência dos petistas era de desacreditar: “Não adianta”, diziam eles. Depois aderiram como se fosse a salvação da pátria. Quando se colocou a tarefa de apoiar um candidato único das oposições para vencer o regime mesmo dentro do Colégio Eleitoral, os partidários de Lula trataram de igualar Maluf e Tancredo, orientando os trabalhadores para ficar fora da batalha política em curso. Agora, no mesmo rumo, em vez de dar um conteúdo progressista à luta pela Constituinte, cuidam de utilizá-la com o objetivo escuso de torpedear as conquistas democráticas e o novo governo.

A questão central da Assembleia Constituinte é a busca de condições concretas de liberdade para que a sua convocação permita o amplo debate e a participação das mais diversas correntes de pensamento na fase preparatória. Isto exige um clima de intensa agitação de todos os programas políticos, através de mobilização direta das massas e dos meios de comunicação, em especial a grande imprensa e a televisão. Isto requer uma enérgica e urgente reformulação de emergência da atual legislação, eliminando as inúmeras amarras à liberdade. E pressupõe, ainda, que esta Constituinte eleita tenha plenos poderes para constituir de fato.

Nada disto interessa aos nossos “vanguardistas” de última hora. Depois de cinco anos de infrutíferos estudos, de um momento para outro, concluíram que a chave da problemática é o já.

PARTICIPAÇÃO DO POVO

A proposta dos comunistas a este respeito era a de convocar a Constituinte através de um governo provisório, representativo de todas as forças democráticas, patrióticas e populares, para assegurar reais condições de liberdade. Entretanto esta saída não teve condições para se impor. Portanto urge agora concentrar o máximo de esforços para abrir espaço, mesmo no governo Tancredo — de composição burguesa marcadamente moderada e conservadora, apesar do significativo respaldo popular —, para que o povo possa se manifestar, apresentar suas exigências e participar o mais amplamente na escolha dos delegados constituintes. Em especial merecerá atenção a batalha para a legalização do partido do proletariado e das demais organizações até agora impedidas de aparecer legalmente.

APROFUNDAR O CONTEÚDO

Será, portanto, uma árdua tarefa fazer com que a eleição da Constituinte, anunciada pela aliança Democrática para 1986, seja realmente democrática. O já, embora possa comover inclusive personalidades com propósitos democráticos, não expressa nas condições atuais uma preocupação consequente com o conteúdo popular desta conquista. O essencial para os trabalhadores nesta luta é ampliar a liberdade política e abrir caminho para seguir adiante, com um novo regime de democracia popular rumo ao socialismo. Neste combate a Constituinte cumprirá papel de destaque em função de sua profundidade e não por sua convocação apressada. Até mesmo Tancredo Neves, vendo mais claro que os pequenos-burgueses apressados, já declarou que este processo implica uma ampla campanha popular. (Rogério Lustosa)

Por ocasião dos 160 anos da execução de Frei Caneca, reproduzimos um artigo de Pedro Pomar — dirigente do Partido Comunista do Brasil assassinado na chacina da Lapa em 16 de dezembro de 1976 — publicado no jornal *A Classe Operária* há dez anos atrás. Os intertítulos são da redação da *TO*.

A 13 de janeiro de 1825 — faz exatamente 150 anos — morria fuzilado em Recife, por ordem terminante de Pedro I, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, grande herói da luta do povo brasileiro pela independência do jugo colonial português, eminente figura de nossa intelectualidade revolucionária, nacionalista.

As classes dominantes relegaram-no ao esquecimento. Chegaram mesmo a escarnecê-lo como fez o ditador Médiçi, em 1972, ao mandar passear pelas ruas das capitais dos Estados os ossos de Pedro I. Nossos pseudo-liberais temem falar sobre ele. Em contraste, o proletariado revolucionário exalta a sua memória como um dos mais admiráveis exemplos de combatente da causa da libertação nacional e da soberania popular. Raros, como ele, revelaram tal grau de rebeldia militante contra os opressores do país e do povo, tanta intransigência em face dos inimigos, tamanho destemor perante a morte. As lições de sua vida e de sua luta são fontes perenes de inspiração para todos os patriotas e democratas, conservam bastante atualidade.

Frei Caneca nasceu na capital pernambucana, em 1774, quando no mundo feudal surgiam e se desenvolviam as idéias burguesas de emancipação política, os conceitos de pátria e de nação, e quando, em terras brasileiras, sob o domínio de Portugal, brotavam os fermentos da autonomia. Era de origem humilde. O apelido que o honrava advinha do fato de, na infância, ter ajudado o pai, um tanoeiro, vendendo canecas. Certamente, por vocação religiosa e pelo desejo de estudar, ingressou na Ordem dos Carmelitas. Naquele tempo, e durante dezenas de anos depois, a Igreja Católica monopolizava a cultura na colônia. Para instruir-se e ascender socialmente, os moços das camadas mais pobres da oprimida e acanhada sociedade colonial deviam ordenar-se frades ou padres. Outro recurso era ir estudar em Coimbra, o que só os filhos dos grandes proprietários e senhores de escravos podiam fazer. No entanto, não foi a confissão religiosa que converteu, desde os albos do século XIX, o jovem Frei Caneca num ardoroso partidário da independência do Brasil e dos direitos do povo. Ao contrário, a Igreja, como instituição reacionária, além de possuir muitas propriedades e riquezas, sempre esteve umbilicalmente ligada às classes dominantes, sustentou-as por todos os meios. A verdade histórica é que, nas jornadas de 1817 e 1824 — as primeiras gloriosas tentativas de nossa revolução nacional e democrática — Frei Caneca e a brilhante falange de seus companheiros, a maioria de procedência igualmente humilde, não representavam na revolução, de maneira alguma, o clero, e sim as forças radicais da sociedade brasileira. Pertenciam à intelectualidade revolucionária, camada mais avançada da luta libertadora. Eles sentiram, como ninguém, o quanto era intolerável o domínio da metrópole portuguesa, o quanto pioravam as condições de vida do povo. Simultaneamente, recebiam a influência das novas idéias revolucionárias e tomavam conhecimento da vitória da Revolução Francesa de 1789, dos movimentos emancipadores dos Estados Unidos, da América Espanhola, do Haiti. Daí a decisão de empunhar com valentia a bandeira da autonomia nacional e das reivindicações liberais burguesas. De modo coerente, passaram a integrar a ala radical do “Partido Brasileiro”, da união das correntes patrióticas favoráveis à independência, ala que pregava a liquidação da dinastia dos Bragança, sem regateios nem conciliações prejudiciais à nação.

O poder pela primeira vez com os patriotas

Em 1822, depois do famoso grito do Ipiranga e do acordo que permitiu a Pedro I aparecer à frente do novo Estado Nacional, a linha da intelectualidade nacionalista, oriunda do clero pobre, chocava-se com a da Igreja oficial. Enquanto esta, já aderida à situação criada, acusava Frei Caneca de indisciplina



e sustentava que a autoridade de Pedro I tinha origem divina, ele respondia, denunciando as manobras traidoras do régulo, seu absolutismo e proclamando que a única e verdadeira fonte do poder é o povo.

Não apenas como pensador, mas também por suas qualidades políticas e organizativas, Frei Caneca destacou-se dentre todos os seus companheiros e contemporâneos. Junto com os padres João Ribeiro, Roma, Miguelinho, Mororó e dezenas de outros, foi um dos dirigentes da Revolução de 1817, quando pela primeira vez esteve em mãos de patriotas brasileiros o poder no país. Ao sobrevir a derrota, se bem que não tivesse sido enforcado ou arcabuzado, como alguns daqueles dirigentes, padeceria inomináveis torturas e ficou encarcerado na Bahia até 1821, sob a acusação de ter conclamado o povo à guerra revolucionária e organizado guerrilhas. Efetivamente, assim procedeu, expressando opiniões como as que seguem: “Quando a pátria está em perigo, todo cidadão é soldado, todos devem se adestrar nas armas para rebater o agressor. Não é bastante, que na ocasião do aperto maior, saiam de suas casas com algumas pistolas ou facas, ou outras quaisquer armas, sem disciplina, sem ordem, sem chefe hábil nos negócios da guerra; tal estado de coisas só pode causar a confusão e a desordem. O tempo é de atropelo, devem vosmecês atropelar também a economia de suas ações?” Não sem motivo, tornou-se conhecido, desde então, como o “frade guerrilheiro”.

As posições combativas, revolucionárias, nortearam toda a sua vida. Libertado, voltou logo a Pernambuco para participar da deposição das autoridades coloniais e da instauração de um governo provisório provincial até que, no plano nacional, a Assembleia Constituinte, já convocada, indicasse os verdadeiros rumos do novo Estado e da nação. Ao saber que Pedro de Bragança se entronizara como Imperador do Brasil, condicionou seu apoio a esse governante à exigência de que prevalecesse, na Constituição que ele elaborava, a vontade soberana do povo. Com tal objetivo, fundou, em fins de 1823, o jornal *Tifnis Pernambucano*. Defendia a instituição de um regime constitucional, representativo, capaz, segundo ele, de assegurar a independência recém-conquistada. Afirmava que a unidade nacional devia ser baseada na autonomia das províncias, de acordo com as tradições brasileiras e como demonstrava a experiência positiva dos Estados Unidos da América do Norte. Considerava indispensável que o Brasil se constituísse numa federação, unida pelos interesses e pelos sentimentos do povo de todo o país. Percebia que a nação, apesar de jovem, já possuía fortes laços de solidariedade e condições para sobreviver e progredir, percepção que, ainda hoje, certos elementos ditos progressistas não alcançaram. Embora jamais tivesse acreditado no liberalismo de Pedro I, mostrou-se disposto a aceitar o regime monárquico, contanto que a autonomia das províncias fosse preservada, assim como respeitada a soberania popu-

lar. Por isso, a dissolução pela força da Assembleia Constituinte encontrou de sua parte firme repulsa. E ao ser informado da imposição da Carta Constitucional, elaborada nos corrilhos palacianos, conferindo todos os poderes a Pedro I, escreveu, indignado, a um amigo: “Não admitimos mais imposturas, conhecemos o despotismo, vamos decepar-lo”.

A Confederação do Equador, de 2 de julho de 1824, teve em Frei Caneca seu principal cérebro, seu autêntico fundador. A República sonhada englobaria as províncias do Norte, as quais ficariam unidas por uma Constituição, cujas bases ele publicara em seu jornal, na véspera da Revolução. Neste projeto de Lei Magna, propôs enfaticamente a liberdade política, a igualdade civil, todos os direitos inalienáveis do homem. Estabeleceu itens relativos à liberdade de imprensa e de opinião. Destacou, especialmente, a abolição da escravatura nos seguintes termos: “Todo homem pode entrar a serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se, nem ser vendido”. O conteúdo de seu ideário era nitidamente burguês, democrático. Não obstante pareceu muito radical, bastante avançado para aquele período.

Condições adversas

para os revolucionários

Mas a Confederação do Equador só conseguiu o apoio das províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Sem a adesão das demais, sobretudo da Bahia, cujo movimento popular revelara pujança e combatividade na luta contra as tropas do general português Madeira, a nova República duraria poucos meses. De seu lado, o governo imperial tomara incontinenti medidas para debelar a revolução a ferro e fogo. Cercado por terra e por mar, o governo confederado não pôde manter-se. A derrota deveu-se, fundamentalmente, a certas condições internas adversas, da época, ao profundo atraso do país. Diferentemente dos Estados Unidos, onde vencera a Revolução da Independência com sentido democrático, no Brasil existia ainda um forte sistema feudal-escravista, que não deixou surgir nem florescer um núcleo numeroso de colonos livres. Os centros urbanos brasileiros eram então bastante débeis, distantes e dispersos. Além disso, a revolução não interessou direta e profundamente ao grosso da massa de escravos. Posto que condenasse formalmente a escravidão, não pretendia aboli-la imediata e radicalmente, mas sim de modo gradual. Em suma, por não terem compreendido a importância da participação da grande maioria da população escrava na luta pela independência, os líderes seriam esmagados pela reação feudal e escravocrata.

Frei Caneca não cedeu facilmente. Julgou encontrar no interior de Pernambuco condições políticas e topográficas propícias à continuação da luta. Como não podia deixar de ser, enveredou pelo caminho da resistência armada, recorrendo ao método da guerra de guerrilhas. Mas quase tudo lhe foi hostil. Até uma tremenda seca contribuiu para obstar-lhe os planos. Suas colunas rarearam cada vez mais diante das dificuldades. Havia defeições dos que não tinham igual confiança na vitória. Mesmo sem recursos, passando fome, rompeu diversos cercos, travou alguns combates com vantagens e penetrou no sertão do Ceará, em busca de apoio. Só a 29 de novembro, em decorrência da situação insustentável em que se achava, aceitou a proposta de rendição formulada pelo comandante das tropas imperiais, em troca do respeito pela vida dos guerrilheiros e do compromisso de que o governo não faria vinditas.

Dessa forma, veio a cair nas mãos de Pedro I o mais intrépido defensor da causa emancipadora e democrática, o patriota que a reação mais temia e odiava. A Justiça Militar, nomeada a propósito pelo Imperador, empreendeu de imediato seu julgamento sumário. Frei Caneca não procurou justificar-se, pessoalmente; sustentou com bravura suas idéias, seu direito a promover a revolução; não claudicou nem se prestou a qualquer compromisso com os inimigos da pátria e do povo. Compreendia que Pedro I queria vê-lo rápida e severamente castigado para exemplo dos que se atreviam a levantar-se contra a tirania. Seu comportamento ativo e digno contribuiu para desmascarar o não cumprimento da promessa de que os prisioneiros teriam suas vi-

das poupadas. O desassombado lutador deveria morrer na força — tal a decisão dos juizes militares, antecipadamente tomada.

Longe de ficar abatido, Frei Caneca, em virtude de sua fibra moral e de suas profundas convicções, revelou-se mais animoso do que nunca. O desprezo pela morte, a consciência de cumprir em qualquer circunstância seu dever de patriota, de sacrificar a vida pelo bem comum, forjaram nele um dos mais belos e íntegros caracteres de homens públicos populares que registra a história brasileira. Cantou tais sentimentos em versos como este: “O Patriota não morre:/ Vive além da eternidade;/ Sua glória, seu nome,/ São troféus da humanidade”. Pouco antes de ser fuzilado ainda compôs outro poema que diz: “Tem fim a vida daquele/ Que a pátria não soube amar;/ A vida do patriota/ Não pode o tempo acabar”.

Exemplo de dedicação

ao bem comum

O episódio final do seu suplício mostra até que ponto ia a sanha da repressão. A agonia arrastou-se praticamente por três dias, nos quais sua figura se agigantou pela coragem, ao passo que a dos seus verdugos se amesquinhou pela crueldade. Desde o dia 10 de janeiro se haviam iniciado os preparativos para o enforcamento. Mas, nesse instante, a Igreja resolveu interceder junto a Pedro I em favor da vida do condenado, solicitando que a pena capital fosse comutada em prisão. O Imperador, além de recusar, ameaçou. A Igreja desistiu. Dia 13, pela manhã, já no patíbulo, ele foi submetido à degradação canônica, isto é, despido de seus hábitos religiosos e da condição de frade. Entretanto, o preso comum destinado a colocar-lhe o laço no pescoço negou-se a fazê-lo. Ali mesmo foi pisoteado, surrado. Outros dois presos comuns convocados para a mesma bárbara função também não a aceitaram. Diante disso, o representante de Pedro I, brigadeiro (como então se chamava ao general) Lima e Silva, optou pelo fuzilamento. Entremetidos, Frei Caneca, que fora despertado do sono em que estava mergulhado para subir ao patíbulo, continuava sereno, procurando falar ao povo e auxiliar os carrascos a terminarem com a execução. Até que o ato infame se consumou.

A 150 anos do holocausto do grande herói popular, cumpre às forças revolucionárias não apenas homenageá-lo como compreender o sentido de suas idéias e de sua luta, assim como continuá-la nas novas condições históricas. Nesse período, ocorreram enormes transformações no mundo e em nosso país. O socialismo venceu em alguns países e avança vitorioso, enquanto o capitalismo está apodrecendo. As contradições sociais e políticas se aguçaram. No Brasil, as forças que se opõem ao progresso, à democracia e à independência nacional já não são senhores de terras e escravistas junto com o colonialismo português, mas sim os latifundiários e a grande burguesia associada ao imperialismo, sobretudo ao norte-americano. Por outro lado, as forças interessadas na revolução são outras, muito mais poderosas. O papel que representam é também diverso do daquele tempo. Agora, apenas uma parte da burguesia, a não ligada aos interesses estrangeiros e à reação, pode participar da revolução, mas não encabeçá-la. Tampouco a intelectualidade progressista, inclusive a provinda do clero, tem condições de ser a vanguarda revolucionária. A direção da revolução cabe ao proletariado, através de seu partido marxista-leninista. Nessas circunstâncias, o caráter nacional e democrático da revolução, embora permaneça formalmente o mesmo, ganhou um novo conteúdo. Sob a liderança da classe operária e na base da aliança operário-camponesa, ela será inevitavelmente vitoriosa e abrirá caminho para o socialismo.

Todavia, muitas das idéias e das medidas expostas e propugnadas por Frei Caneca têm atualidade, estão na ordem do dia. Igualmente, o caminho revolucionário, a luta armada, e a intransigência que preconizou e revelou são fundamentalmente os mesmos que hoje devemos trilhar e praticar no combate para pôr abaixo a ditadura militar e varrer com a dominação do imperialismo estadunidense.

Honra e glória eternas ao grande precursor da luta do povo brasileiro pela independência e pela democracia!

DE OLHO NO LANCE

Energia contra FMI

O FMI adiou até a posse do novo governo as negociações sobre a dívida externa brasileira. Isto mostra que os banqueiros internacionais viram a necessidade de considerar a nova realidade e sentiram que qualquer acordo com a desmoralizada equipe de Figueiredo teria forçosamente que ser revisto logo em seguida. Mas com isto não se tenha a ilusão de que os magnatas das finanças pretendam afrouxar os laços — apenas tentarão novas formas para manter a exploração.

Enquanto isto as declarações dos dirigentes do PMDB e da Frente Liberal a este respeito continuam marcadas pela generalidade, como se bastassem certos retoques nos acertos já realizados com o FMI.

No terreno econômico esta será a pedra de toque para permitir um desenvolvimento de acordo com as necessidades do povo e da nação. O incentivo à indústria e à agricultura em bases independentes depende de medidas radicais para livrar o país da sangria de bilhões e bilhões de dólares para pagar compromissos nocivos à pátria, impostos pelo imperialismo. Todos os patriotas têm o dever de unir o máximo de forças para pressionar e exigir do governo Tancredo Neves a suspensão do pagamento da dívida externa e o rompimento dos acordos com o FMI.



Passeata de trabalhadores rurais em Goiânia exigindo agilização do governo na distribuição de terras devolutas

Lavradores goianos colhem boa safra de vitórias em sua luta

Em Goiás o movimento sindical dos trabalhadores rurais obteve um enorme avanço durante o ano de 1984. Alguns exemplos atestam isso, como as greves vitoriosas dos bóias-frias, a resistência dos posseiros no norte do Estado ou a forma massiva como foi deflagrada a campanha pela Reforma Agrária. Em meio a muita luta foram criados vários sindicatos.

"Cresce a conscientização"

A Tribuna Operária ouviu o secretário-geral da Fetaeg, Divino Goulart, sobre o crescimento do movimento sindical no campo. Abaixo sua opinião:

TO — Como você avalia o movimento sindical rural hoje em Goiás?

Divino — Desde o ano passado havia uma preparação para as greves que eclodiram no início de 84, principalmente na área da cana, onde as condições de trabalho são péssimas. Os trabalhadores paralisaram vários municípios, o que resultou na conquista de muitos direitos, entre os quais a estabilidade do delegado sindical, a tabela de preços e outros direitos já assegurados por lei, que são férias, 13º etc.

Então, a conquista destes direitos teve como saldo fundamental a mobilização e a conscientização que estes trabalhadores adquiriram. Só para dar um exemplo concreto: em Santa Helena, quando os canavieiros pararam, os outros assalariados (cata de milho e do algodão) também pararam em solidariedade a seus companheiros grevistas. Isso demonstra uma unidade do movimento, uma consciência e um amadurecimento do movimento sindical.

TO — Você acha que o lançamento da campanha da reforma agrária atingiu os seus objetivos?

Divino — A campanha da reforma agrária foi outro acontecimento que prova o avanço do movimento sindical em Goiás. O lançamento foi feito num dia de muita chuva e os trabalhadores enfrentaram a chuva, fizeram uma passeata da porta da Federação até o Setor Universitário, onde foi feito o ato. Até bomba jogaram no ginásio para impedir o lançamento, mas mesmo assim não houve recuo. Cerca de oito mil trabalhadores participaram do ato, numa mobilização poucas vezes vista em Goiânia.

Depois disso a campanha pegou o seu ideal, que seria fazer discussões e encontros na base, bem como realizar passeatas e atos públicos em todo o Estado de Goiás. Então tudo isso contribuiu muito para a difusão, propagação e conscientização dos trabalhadores



Campo desperta para a luta

acerca da importância de lutar para que seja feita uma verdadeira reforma agrária em nosso país.

TO — Como você analisa a violência desencadeada pelos poderosos contra os trabalhadores, em particular, os posseiros?

Divino — Olha, se é correto dizer que a luta dos trabalhadores rurais cresceu muito em Goiás, é também correto dizer que a violência cresceu no mesmo ritmo. Basta ver que nos anos de 82 e 83, 12 companheiros trabalhadores tombaram na luta pelo direito à terra. No ano de 84 sozinho, oito trabalhadores foram assassinados. Isso mostra que, à medida que cresce a luta e organização dos trabalhadores, cresce também a violência, visando barrar essa organização e essa luta.

TO — Na sua opinião, cresceu a democracia dentro do movimento sindical?

Divino — Houve um crescimento. A maior democratização do movimento sindical pode ser observada através das reuniões dos sindicatos onde todo mundo tem direito à voz, a apresentar propostas e discutir o seu ponto de vista. Há anos atrás isso praticamente não existia devido à repressão brutal existente em nosso país. A medida que vai aumentando a democratização da sociedade, isso se reflete diretamente na estrutura do movimento sindical. Nas eleições sindicais existe um clima de participação muito maior, existem discussões muito grandes para a escolha dos dirigentes sindicais.

O avanço das lutas dos camponeses em Goiás está ligado ao modelo agrícola criado pelo regime militar, que provocou uma crescente concentração fundiária, uma violência desmedida contra os trabalhadores rurais e a expulsão do homem do campo para a periferia das cidades. Amparo Sasil, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), afirma que a grande preocupação do movimento sindical é a fixação do homem à terra.

A curto prazo, explica Amparo, a proposta da Fetaeg é que seja feita a distribuição das terras devolutas do Estado aos trabalhadores sem terra, "mas o que vai resolver mesmo é a Reforma Agrária, que garanta terra a todos os trabalhadores".

"Em 84, deflagramos a campanha da Reforma Agrária, em Goiânia, numa concentração que reuniu cerca de oito mil trabalhadores de todo o Estado" — relata o presidente da Fetaeg. "Fizemos também outra concentração, com mais de três mil trabalhadores, em frente ao Centro Administrativo, para cobrar do governador a distribuição imediata das terras devolutas. Pelo interior do Estado também houve muitas outras concentrações onde ficou demonstrado o maior nível de conscientização dos trabalhadores em torno da luta histórica do homem do campo pela terra."

VITÓRIAS CONCRETAS

O crescimento da organização dos trabalhadores atingiu o norte do Estado, na região conhecida como Bico do Papagaio, área considerada de "Segurança Nacional", onde predominam os posseiros. Recentemente houve uma vitória concreta dos posseiros da região: a desapropriação de posses que estavam em litígio em Arapoema.

É certo dizer também que, paralelamente ao avanço da luta dos posseiros, cresceu a violência dos grileiros, latifundiários e da Polícia Militar e Federal contra os trabalhadores. "O movimento sindical, apesar de todas as violências, conseguiu dar respostas às necessidades dos trabalhadores", ressalta Eliezer Alves Bento, vice-presidente da Fetaeg.

Eliezer acrescenta: "Na região norte, no município de Araguaína, a Fetaeg criou uma delegacia sindical, que no mês de dezem-

bro começou a funcionar com sede própria. Na área do Bico do Papagaio, muitos sindicatos foram criados em cima da luta dos posseiros, como é o caso dos STRs de Ananás e Couto Magalhães. Isso inverteu uma tendência antiga, quando os sindicatos eram criados na base do assistencialismo".

ASSALARIADOS EM LUTA

A luta dos assalariados também está merecendo uma atenção especial do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Afinal, eles já são cerca de 800 mil, concentrados, em sua maioria, no sul de Goiás, onde estão localizados os maiores latifúndios e as grandes usinas de álcool. Foi particularmente no sudoeste goiano que, no primeiro semestre de 84, eclodiram as maiores e mais organizadas greves que já houve no movimento camponês goiano. Mais de 25 mil bóias-frias foram à luta reivindicar os seus direitos.

O secretário-geral da Fetaeg, Divino Goulart, conta que "todas estas greves foram vitoriosas, não só porque conseguiram melhores condições de vida e trabalho, mas também porque representaram um salto muito grande no nível de consciência e organização dos trabalhadores. Basta ver que, onde houve luta e não havia sindicato, os trabalhadores se organizaram para construir o seu sindicato. As próprias diretorias de sindicatos, com toda essa mobilização, melhoraram bastante e foi criada toda uma rede de delegados sindicais e apareceu um grande número de lideranças de base".

CONGRESSO AMPLO

Como coroamento de todas as lutas travadas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, foi realizado em Goiânia, entre os dias 23 e 25 de novembro último, o I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Goiás. Neste Congresso estiveram presentes 226 delegados, representando 90 sindicatos. Durante três dias, delegados de base, dirigentes sindicais e lideranças rurais debateram, discutiram e aprovaram de forma democrática as propostas que serão levadas ao 4º Congresso de Trabalhadores Rurais, que será realizado em Brasília, entre os dias 25 e 30 de maio. (Francisco Messias, da sucursal de Goiás)

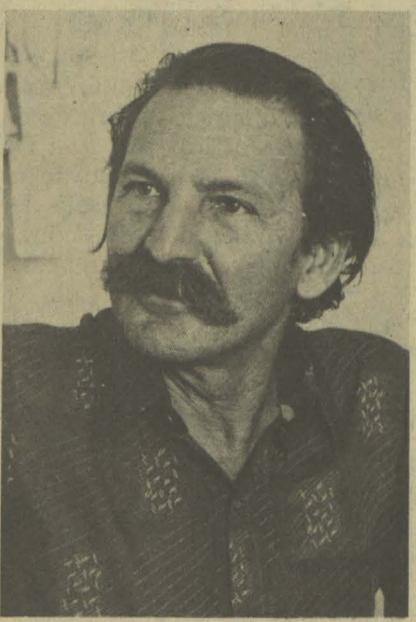


Assembleia de assalariados da cana em Santa Helena, na greve de 84

Latifúndio mata líder sindical rural em Minas

O latifúndio fez sua nona vítima em Minas Gerais durante 1984. No dia 16 de dezembro foi assassinado a tiros o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, Eloy Ferreira da Silva. Eloy, intransigente defensor dos posseiros, foi morto pelo fazendeiro Paulo Leonardo Pereira, que confessou o crime, dia 26 de dezembro.

Eloy Ferreira da Silva, 53 anos, pai de dez filhos, sempre esteve ligado às lutas dos posseiros, organizando-os na sua residência contra os grileiros. A região do São Francisco, onde atuou, é uma das áreas onde existem os maiores conflitos de terras do Estado. O maior latifundiário de Minas, Antônio Luciano, recentemente tentou se apoderar da fazenda Vereda Grande, onde moravam há vários anos 36 famílias de posseiros que, liderados por Eloy, impediram a entrada de máquinas do grileiro. Em 1983 o Incra desapropriou a fazenda.



Eloy, vítima dos latifundiários

José Mendes não foi julgado.

Na terça-feira, dia 18, cerca de mil pessoas compareceram ao sepultamento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco. Faixas pediam justiça e o povo em coro exigia a prisão dos assassinos. Diversas personalidades e entidades sindicais presentes ao enterro firmaram um documento exigindo a punição dos culpados.

No encerramento do I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, em novembro último, Eloy enfatizou em seu discurso: "Os trabalhadores vão conseguir a posse da terra, vão conseguir a reforma agrária, porém o que vemos agora são trabalhadores rurais assassinados por aqueles que toda a vida os massacraram, que toda a vida os exploraram". (das sucursais de Montes Claros e Belo Horizonte)



Pedro Paulo: greve contra o desemprego

Motoristas param empresa em São Paulo

Em protesto contra o atraso do pagamento dos salários de dezembro, os 2.300 funcionários da Auto Viação Penha-São Miguel, na capital paulista, encontram-se em greve desde o último dia 27. A empresa, que opera 38 linhas de ônibus na periferia, é conhecida por seu desrespeito aos direitos trabalhistas. Só no ano que passou ocorreram três paralisações por atraso de pagamento.

Mesmo com a greve, a empresa procura oportunisticamente aproveitar-se dela para pressionar a prefeitura a conceder novas linhas de ônibus, tirando-as da CMTQ (Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos), órgão municipal. Numa das reuniões de negociação, no dia 2º, o empresário José Ruas deixou claro seu interesse em ampliar as linhas.

Mas tanto os trabalhadores da empresa, como o Sindicato dos Motoristas e as organizações populares da região não aceitam esta jogada e exigem que a prefeitura intervenha novamente na empresa.

Os grevistas têm demonstrado grande disposição de luta. Eles mantêm vigílias constantes no portão da firma para evitar que qualquer ônibus saia. Numa outra jogada suja, a empresa afirmou que só pagaria o salário atrasado se vendesse 15 ônibus. O Sindicato e os trabalhadores mantêm a vigilância para evitar a venda destes veículos, o que significaria a demissão de 60 motoristas e cobradores. "A greve continua, pois queremos resolver o problema social do desemprego", desabafa Pedro Paulo, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo.

Sindicalistas falam sobre a proposta do pacto social

Neste sábado, dia 5, o candidato opositor Tancredo Neves manterá conversações com sindicalistas de todo o país, em Belo Horizonte. Já no dia 7, fará nova reunião com dirigentes sindicais, desta vez convocada pela Conclat, em Brasília. Nestes dois encontros uma questão bastante polêmica deverá ser discutida — o pacto social.

A proposta do pacto social foi formulada pela primeira vez pelo candidato da Aliança Democrática num encontro com dirigentes sindicais promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em novembro. Afirmando que não exigia mais sacrifícios econômicos dos assalariados, "porque eles já estão cortando a própria carne para assegurar a sobrevivência", Tancredo pediu ao movimento sindical que lhe desse uma trégua política para que seu governo possa, "num prazo de seis a nove meses, dominar esta fera faminta e terrível que é a inflação". Sua sugestão gerou imediata controvérsia no meio sindical.

Em reunião realizada em 13 de dezembro, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) preferiu ignorar a proposta do pacto, com inúmeros oradores condenando qual-



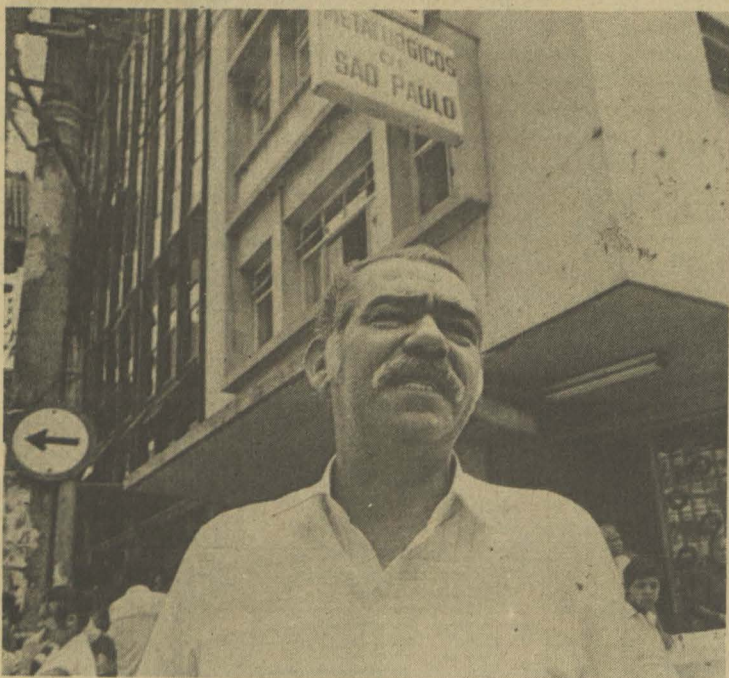
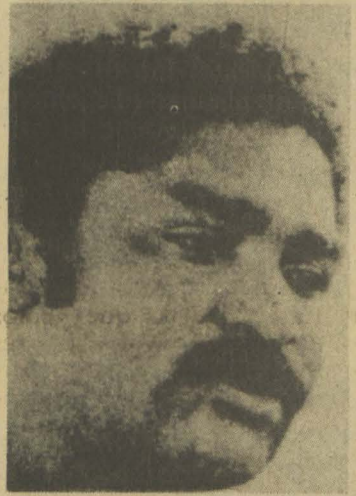
Barroso: "O movimento sindical não vai paralisar suas lutas"

quer tipo de acordo que signifique amordaçar o movimento operário e impedi-lo de lutar por suas reivindicações. Nesta reunião, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os sindicalistas presentes decidiram manifestar o desejo de contribuir na elaboração do programa do candidato das oposições. E reafirmaram as resoluções tiradas no Congresso da Praia Grande, em 1983, quando as 1.243 entidades sindicais presentes reivindicaram uma política salarial que reponha o poder aquisitivo dos trabalhadores; liberdade e autonomia sindical, com o fim imediato das intervenções nos sindicatos e pelo direito de greve; reforma agrária e Assembleia Nacional Constituinte, entre outros pontos.

'TRÉGUA SEM JUSTIÇA'

A Tribuna Operária entrevistou alguns membros da direção da Conclat sobre a proposta formulada por Tancredo Neves. O dirigente da maior entidade sindical da América Latina, Joaquim Andrade, presidente

Vitório prevê mais luta e "nada de trégua". Joaquim lembra que democracia "não é acomodamento"



do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, é enfático: "Não vejo razão nenhuma para um pacto, já que os trabalhadores continuam sendo as maiores vítimas da inflação, do desemprego, não têm direito de realizar greves e não participam das decisões políticas no país. Não existe trégua política se não há justiça social e democracia".

Joaquimzão lembra que "os empresários, os maiores privilegiados, ainda não falaram nada sobre reduzir seus benefícios; os banqueiros não disseram que estão dispostos a baixar os custos financeiros; os senhores absolutos da terra, os latifundiários, nada disseram sobre a reforma agrária. Por que os trabalhadores vão abrir mão do seu direito mais legítimo, que é a greve, deixando de lutar por suas reivindicações?"

O dirigente dos metalúrgicos ressalva que "o objetivo do movimento sindical não é desestabilizar o governo democrático de Tancredo Neves. Somente queremos que ele atenda as exigências dos trabalhadores. Neste sentido nosso Sindicato continuará a liderar greves e convocará manifestações para cobrar as promessas do novo governo". Ele acredita que o relacionamento com o poder federal melhor: "A pura e simples substituição da ditadura pela democracia, do autoritarismo pela liberdade, representará um avanço para o sindicalismo. Mas isto não significa acomodamento, atrelamento. Não aceitamos ser apêndices do governo".

"PELO FIM DO SUFOCO"

O dirigente cassado do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil do Maranhão, Vitório Serra Aguiar, achou graça da proposta de trégua política de nove meses: "Como falar

em trégua de nove meses quando o trabalhador está morrendo de fome? Batallamos tanto para derrubar o regime militar e conquistar um governo democrático não para ficar em silêncio, mas para lutar ainda mais para acabar com o sufoco".

Vítima da arbitrariedade do regime militar que cassou seu mandato no ano passado, Vitório só aceita falar num tipo de pacto social: "Um pacto que nos dê direito de greve, que não intervenha nos sindicatos, que não arroche os salários e nem jogue os trabalhadores no desemprego. Qualquer outro tipo de pacto só serve à burguesia".

INTENSIFICAR A LUTA

"Exatamente num momento de maior liberdade, os trabalhadores não vão abrir mão de suas reivindicações, não vão cessar suas lutas. Muito pelo contrário, o governo de Tancredo Neves presenciaria uma intensificação das lutas da classe operária." A opinião é de Sérgio Barroso, coordenador da Unidade Sindical de Alagoas, para quem a proposta de trégua política não terá nenhuma receptividade no meio sindical mais atuante.

Para ele, "Tancredo Neves deve exigir uma trégua dos empresários, das multinacionais, dos que enriqueceram extraordinariamente nestes 20 anos de regime militar, explorando os trabalhadores. Eles é que devem ceder, e não os trabalhadores. Por mais que a burguesia apele, o movimento sindical não vai imobilizar ou paralisar suas lutas".

Francisco Braga, presidente da intersindical unitária do Amazonas, concorda. Respalçado na resolução do II Enclat do Estado, que contou com a participação de 53 sindicatos e 400 delegados, Braga acredita que só pode haver algum pacto se o novo governo "atender as reivindicações do conjunto dos trabalhadores. Lógico que é impossível Tancredo assumir e resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira. Mas o que o movimento sindical espera é que ele enfrente alguns problemas básicos, como o desemprego, o arrocho salarial e a falta de liberdade sindical". Por último Braga indaga: "Debaixo do regime militar duro, os trabalhadores brigaram por melhores condições de vida e trabalho. Será que agora, com um governo de transição democrática, o povo vai ficar quieto, aceitando a miséria?"



Os operários da Standard Eletrônica ficaram parados 21 dias e obtiveram vitórias

Operários conseguem estabilidade depois de 21 dias de greve

Na assembléia do dia 20 de dezembro os 2.200 operários da Standard Eletrônica S/A, em greve há 21 dias, decidiram voltar ao trabalho tendo em vista o atendimento de algumas exigências da pauta de 12 reivindicações. As conquistas foram firmadas através do acordo entre o Sindicato da categoria, a Comissão de Fábrica e o presidente da empresa.

O presidente da SESA comprometeu-se a conceder estabilidade no emprego por um ano, não punir os grevistas, nem descontar os dias parados, reconhecer a Comissão de Fábrica, entrar em acordo com os estáveis, pagar parceladamente os salários atrasados até o final de dezembro. Também foi aceita a exigência do governador Brizola de manter um gestor acompanhando a aplicação de recursos obtidos pela SESA junto aos bancos.

O COMEÇO DA LUTA

A SESA é a mais importante empresa no campo de telecomunicações, tendo instalado 3 milhões e 300 mil terminais telefônicos em nosso país. Possui avançado nível técnico no sistema Crosbar e já iniciou inclusive o domínio da técnica digital.

Até 1976 a SESA pertencia à multinacional ITT. Quando seu endividamento somava 75 milhões de dólares, foi "nacionalizada", transformada em Standard Eletrônica S/A.

Em 1981 ela se associou à Brasilinvest de Informática e Telecomunicações (BIT), conhecida testa-de-ferro de grupos imperialistas. Foi levada à falência, através inclusive de um plano de desativação total da produção, a ser executado em dezembro. Com este objetivo, o governo federal autorizou a medida entreguista de retirar da SESA o poder de produzir equipamentos CPA-I, abrindo mer-

cado neste campo para a multinacional japonesa NEC Corporation. A Secretaria Especial de Informática aproveitou o período de festas para adotar a medida num momento de pouca mobilização dos setores popular e democrático.

Em novembro de 1984, os 2.200 operários tiveram seus salários atrasados e compreenderam que poderia ser concretizado o plano de fechar a fábrica, deixando-os à míngua.

Diante de tão grave situação, os trabalhadores se organizaram na empresa, criando a Comissão de Fábrica para encaminhar a questão. Foi assim que decidiram lutar para receber seus salários atrasados e exigir que a fábrica mantivesse sua atividade para garantir seus empregos e o sustento de 25 mil pessoas que dela dependem direta ou indiretamente.

EXPERIÊNCIA DA GREVE

A Comissão de Fábrica foi composta por 16 membros. E juntamente com a direção do Sindicato conduziu o processo grevista. Durante todo o período da greve eram realizadas assembléias diárias nos períodos da manhã e da tarde no pátio da empresa. Os oradores se revezavam no microfone do carro de som do Sindicato. Foram realizados diversos pedagogos, que deram uma arrecadação total de Cr\$ 4 milhões. Os grevistas também distribuíram milhares de panfletos e fizeram uma passeata no centro do Rio, partindo da Candelária e terminando com um ato público na Cinelândia.

A greve contou com 100% de adesão e foi bem organizada: além da Comissão Geral de Fábrica foram criadas outras comissões, como as de finanças, mobilização e divulgação.

VISÕES DO MOVIMENTO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdir Vicente, considerou que "a greve foi importante apesar de termos uma vitória parcial. Digo parcial — prosseguiu —, pois um dos compromissos da empresa de pagar os salários atrasados e o 13º ficou pela metade. Eles deveriam pagar tudo até o dia 28 de dezembro e não pagaram, ficando apenas na 1ª parcela. Na assembléia do dia 28 os operários discutiram esta questão e deram um prazo aos patrões até 10 de janeiro. E poderão voltar à greve".

Sílvio, da Comissão de Fábrica, considerou que a greve "não foi uma simples proposta mas uma opção concreta de luta para receber os salários atrasados. A greve foi positiva, não apenas porque conseguimos algumas vitórias, mas também por termos demonstrado senso de responsabilidade, bom nível de organização e acreditarmos na nossa força, a ponto de ter 100% de adesão apesar da situação difícil de muitos, que não tinham dinheiro para as passagens de ônibus para ir às assembléias".

Valdir considerou que a Comissão de Fábrica foi "a base do Sindicato". E Sílvio considerou que "com o Sindicato a greve ficou mais forte. A Comissão, por entender que também deve fortalecer o Sindicato, no período de greve ajudou a fazer centenas de sindicalizações".

(da sucursal)

Grevistas da Níquel enfrentam patrão

Desde o último dia 22, os 500 trabalhadores da empresa Níquel Tocantins, localizada no bairro paulista de São Miguel, encontram-se em greve. Os grevistas reivindicam mudanças no horário de trabalho, não desconto da antecipação salarial de 15% e melhores condições de trabalho. A empresa, que produz diariamente 10 mil toneladas de níquel, é bastante insalubre, com os operários em contato direto com produtos altamente corrosivos, como a soda cáustica e o ácido sulfúrico.

A paralisação da Níquel tem trazido inúmeros ensinamentos para a classe operária. Nela os grevistas ficaram órfãos da sua entidade sindical, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas. Por outro lado foram vítimas da arbitrariedade do trabalho, que julgou a greve ilegal no último dia 28. Mas a lição mais importante é a de que os operários não devem se



Em frente à empresa, operários aprovam continuidade da greve

iludir com os patrões, nem dos que se dizem democratas e liberais. A Níquel pertence ao grupo Votorantin, que tem como proprietário Antônio Ermírio de Moraes. Este empresário é conhecido nacionalmente por

sua oposição contundente à política econômica do governo, estando atualmente na linha de frente da campanha do candidato opositor Tancredo Neves. Mas quando a paralisação colocou em cheque o seu

poder econômico, o "democrata" Ermírio de Moraes deixou clara sua concepção de classe: ameaçou raivosamente que demitirá as 50 lideranças grevistas e que não aceita "baderna na empresa".

A participação ativa da mulher

Cerca de 70% dos 2.200 operários da Standart S/A são do sexo feminino. Poucas são as mulheres que exercem função especializada.

Não havia nem sequer uma mulher entre os 16 membros da Comissão de Fábrica. No entanto era comum ver as operárias nos pedagogos, provavelmente por se mostrarem mais dispostas a realizar tarefas desse tipo e por omissão e vergonha dos homens.

Daise, 31 anos, casada e mãe de 2 filhos, recebe cerca de Cr\$ 400 mil. Essa é a renda familiar, já que o marido, técnico em eletrônica, está desempregado. O dinheiro não dá para viver. "Só vamos passando porque não pago aluguel — diz. — O dinheiro que recebemos vai direto para pagar as dívidas. Do jeito que está a carestia e por causa de nossa situação na Standard minha mesa de Natal foi pobre."

"Nosso trabalho de mulher aqui é desvalorizado em face das tarefas dos homens, pois além deles receberem salários mais elevados, os trabalhos qualificados são feitos por eles."

"Na Standard não há reconhecimento da mulher. Veja a greve: apesar de sermos a maioria aqui, nem sequer fomos lembradas para compor a Comissão de Fábrica e só entramos em comissões menores porque exigimos."

Segundo Daise, se dependesse dela e de outras companheiras, elas não voltariam ao trabalho enquanto não fossem pagos todos os salários atrasados.



Delegado sindical é ameaçado de morte

O delegado sindical e candidato à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha, Domingos Souza Godinho, está sendo ameaçado de morte.

Domingos é bóia-fria do café; foi expulso das terras em 1980 e veio morar na cidade de Capelinha junto com a família. Para sobreviver trabalha nas áreas de café como bóia-fria; levanta às 3 horas da manhã para ir ao serviço, pegando o transporte que é um caminhão sem banco, furado e sem lona ou um girico, trator que anda em alta velocidade e dando bates. Não se tem carteira assinada e nenhum outro direito trabalhista respeitado. Um homem ainda ganha dois mil cruzeiros por dia. A mu-

lher Cr\$ 1.500 e menino Cr\$ 1 mil. Com até 10 anos já trabalha para ajudar a família. O povo está passando fome mesmo.

Diante desta realidade o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha há muito tempo vem lutando para mudar esta situação, marcando reuniões, encontros, fazendo ofícios ao Delegado de Polícia denunciando a falta de segurança dos transportes, ao Ministério do Trabalho denunciando a falta de cumprimento dos direitos trabalhistas. E agora fazendo trabalho de orientação nas periferias de Capelinha, com seus companheiros bóias-frias, para melhorar as condições de vida e de trabalho.

Domingos está sendo ameaçado de morte pelo fazendeiro Juventino Cordeiro, que tumultuou uma reunião e tentou agredi-lo fisicamente e disse que qualquer hora Domingos vai ser assassinado por ele mesmo.

Denunciamos este fato pois só em 1984 em Minas Gerais já foram assassinados 11 companheiros, na luta pela terra e seus direitos e porque os fazendeiros sempre usam este instrumento para barrar a luta dos trabalhadores. Exigimos do governo punição das pessoas que ameaçam o movimento sindical e que os direitos trabalhistas sejam cumpridos. (Vicente Faul dos Santos, presidente do STR de Capelinha, Minas Gerais)

Empreitadas exploram mão-de-obra da Petrobrás

Sou leitor assíduo da **Tribuna Operária** e quero nesta ocasião fazer uma denúncia das empreiteiras da Petrobrás que trabalham nos municípios de Macau, Pedência e Alto do Rodrigues, todos no Rio Grande do Norte. Elas realizam o serviço sem condições de trabalho para os operários, que recebem um baixo salário e uma alimentação pequena além de terem de beber água do poço sem tratamento.

Trabalho na Companhia Industrial Mecânica Stuart Ltda. Nela temos uma jornada das 6 às 18 horas sem intervalos, inclusive aos sábados e domingos. Ela tem um canteiro a 18 km de Macau e exige que os trabalhadores prestem 30 dias de serviço ininterruptamente, ao fim dos quais têm folga de 3 dias. Para que os operários cumpram essa exigência, ela retira a condução durante esses dias. Quero, em nome dos operários, exigir das autoridades, dos sindicatos, que tomem providências pois somos bastante explorados. É preciso ver que dentro de cada canteiro de obra tem trabalhadores e que estes são seres humanos. (G. B. — Macau, Rio Grande do Norte)



Falar de Ernesto é falar de alegria

Falar de Ernesto
É falar de vida, alegria, juventude e luta.
Falar de Ernesto
É falar do menino grande,
Travesso e teimoso.
Falar de Ernesto
É falar do homem combativo,
Companheiro cotidiano.
Falar de Ernesto
É falar do belo, do amor, da amizade.
Falar de Ernesto
É falar das grandes manifestações,
É falar das bandeiras vermelhas
Nas praças públicas,
É falar dos comícios no centro do

Rio de Janeiro,
É falar do agitador em potencial.
Por suas mãos passaram
sprays, jornais, megafones, panfletos, etc.
Estava sempre em movimento,
Atento a todos os acontecimentos.
Ernesto, nosso querido companheiro,
Nós te amaremos sempre
No nosso dia-a-dia,
Na luta...
E te lembraremos sempre com
Saudades e alegria.

(Eliana — Rio de Janeiro, RJ)

Comerciários fazem greve e obtêm vitória parcial

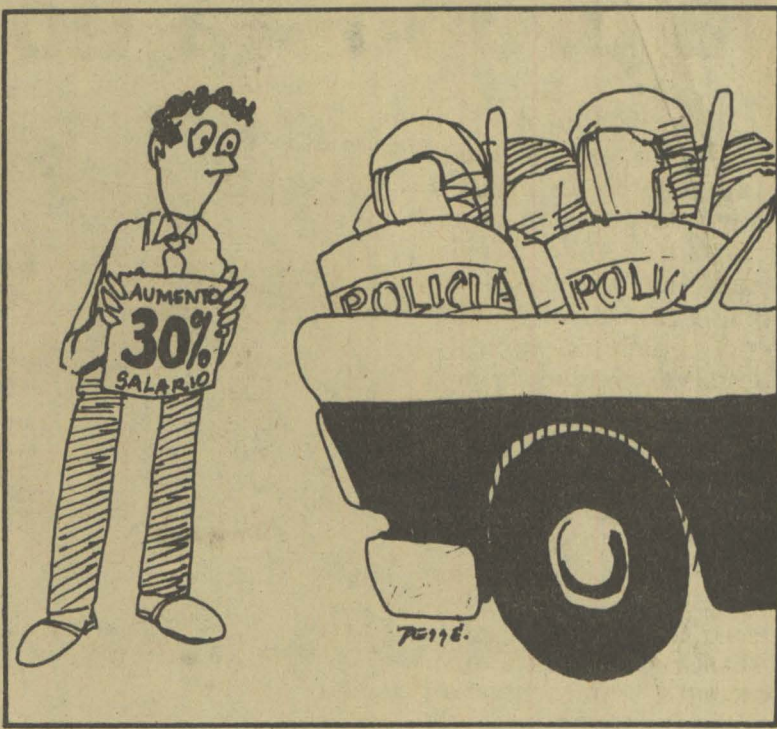
Às 7 horas da manhã do dia 11 de dezembro pelo menos 84 comerciários do Grande Giro Atacado Ltda. entraram em greve por 30% de aumento salarial. Às 8h30 chegou a polícia, chamada pelo gerente. Conversamos com os policiais e ficou tudo em paz.

Procurei o comitê do deputado federal Aurélio Peres, alguém que pudesse nos orientar. O Gilberto nos ajudou ligando para o Sindicato dos Comerciários. Aí uma comissão de quatro pessoas foi para lá buscar ajuda com os advogados.

O gerente ameaçou de nos demitir sem direitos, tentou agredir um funcionário e chamou a polícia para prendê-lo, bem como o cabeça da turma.

O delegado ameaçou baixar o pau em quem continuasse por lá. Chamei o Gilberto informando sobre o acontecido e ele se dirigiu para a delegacia com o advogado para soltar os dois.

Estamos insatisfeitos por-



que o gerente bebe. Não temos higiene nem segurança no trabalho. Os salários são baixos. Negociamos com a firma e conseguimos aumento de 10%. Não estamos satisfeitos mas foi a primeira vez que conseguimos alguma coisa.

Não acreditávamos nesta greve, mas deu certo. Se não pagarem, agora que estamos unidos fazemos outra. Às 17 horas os presos foram soltos e o pessoal da tarde voltou ao trabalho. (J.F.S. — São Paulo, SP)

Neste número da **Tribuna Operária**, o primeiro do novo ano de 1985, recomeçamos nossa seção. E desde já com denúncias graves de ameaça de morte no campo. Em Capelinha, Minas Gerais, um delegado sindical foi ameaçado publicamente por um fazendeiro, que chegou a agredi-lo fisicamente. Isso porque Domingos defende os direitos mais elementares dos lavradores, como segurança no transporte e atendimento das leis trabalhistas! Destacamos ainda a carta de um professor enviada de Beja, Portugal, mostrando o triste papel desempenhado pelos revisionistas visando deter a luta do povo e a solidariedade internacional sob os mais diversos pretextos, como relata Alberto Matos. (Olivia Rangel)



fala o POVO

"Revisas" desmascarados em Portugal

Há vários anos que sigo com atenção e interesse a luta do proletariado e do povo brasileiro. Mais do que um slogan, o internacionalismo proletário é uma necessidade concreta que, em Portugal, nos habituamos a testemunhar no exemplo inesquecível do camarada Diógenes Arruda.

Desde há cinco anos recebo a **Tribuna**. Tenho acompanhado ao longo dos últimos cinco anos a deslocação, lenta mas segura, de forças na sociedade brasileira, criando uma situação política favorável ao avanço da luta da classe operária e do povo. Nesta evolução tem pesado decisivamente a ação de vanguarda, firme mas flexível, dos comunistas e operários conscientes, que lutam pela legalidade do PC do Brasil. O avanço da nossa luta levará, estou certo, à derrocada da ditadura militar e, para já, à derrota de seu odiado candidato malufento.

Sou membro do Secretariado do Conselho Nacional da Federação Nacional dos Professores, organização que mantém relações de solidariedade com a Confederação dos Professores do Brasil. Na última reunião do Conselho Nacional apresentei moção de repúdio pelas prisões de comunistas no Brasil, procurando enquadrá-la o melhor que soube no desenvolvimento recente da luta do povo brasileiro. Ao dar entrada na mesa, a moção já ia subscrita por 50% dos membros do Conselho Nacional, o que à partida garantia sua aprovação. Só que o cacíque revisionista Antônio Teodoro, secretário-geral da Fenprof, declarando hipocritamente estar em acordo com a moção em termos

pessoais, considerou no entanto a sua linguagem "imprópria do movimento sindical docente". Quando tal lhes convém, os revisionistas recorrem a argumentos reaccionários como "os sindicatos não devem meter-se em política". A verdade é que esta actuação de "pelego", objectivamente cúmplice da repressão fascista, fez recuar muitos dos subscritores, vacilantes, acabando a moção por ser derrotada.

Na sua argumentação os revisionistas acabaram mesmo por fazer chantagem sobre o Conselho Nacional, informando o secretário internacional Carlos Moreira que "a aprovação de tal moção traria graves problemas internos à CPB"... Acabo de ler na **Tribuna** nº 192 que, numa assembleia da CPB com a presença de Hermes Zanetti, foram aprovadas "moções de repúdio às violências cometidas no Maranhão, ao escritório do vereador Lauro Hageman e às investidas contra o PC do Brasil", aliás de acordo com a gigantesca onda de repúdio à repressão que se ergueu em todo o Brasil.

É bom que os elementos de orientação popular da CPB e todos os verdadeiros antifascistas saibam que gênero de "amigos" têm em Portugal na pessoa dos Teodoro, Moreira, etc., para além das grandes tiradas de "solidariedade" proferidas nos congressos ou em banquetes de confraternização pelos dirigentes reformistas, em maioria na Fenprof. Aliás, o Teodoro (e certamente também o Carlos Moreira) vai estar presente em janeiro no próximo Congresso da CPB. (Alberto Matos — Beja, Portugal)

TO recebe apoio na passagem de ano

Recebemos cartões de boas-festas das pessoas e entidades abaixo mencionadas. Agradecemos a todos, retribuindo os votos de um ano novo com mais liberdade e democracia para nosso povo.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do ABCDM, RP, RGS.
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Suzano — SP
Sindicato dos Farmacêuticos de Goiás

Sindicato dos Professores do Estado de Goiás
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo

Assessoria e Educação Popular do Centro de Defesa dos Direitos Humanos — João Pessoa, Paraíba
José Duarte — presidente do Centro de Cultura Operária de São Paulo
Coordenação Nacional da União da Juventude Socialista

Núcleo de Vila Prudente (SP) da União da Juventude Socialista
União de Mulheres de São Paulo
Deputado federal Aurélio Peres (PMDB-SP)

Deputado federal Ademir Andrade (PMDB-PA)
Deputada federal Rosa Flores — Rio Grande do Sul
Deputado estadual Fernando Silveira (PTB-SP)
Deputado estadual João Pedro (PMDB-AM)
Vereador Jussara Cony (Porto Alegre, RS)
Vereador Válder Feldman (PMDB-SP)
Vereadora Lidice da Mata (PMDB-Salvador, BA)
Vereadora Jane Vasconcelos (PMDB-Salvador, BA)
Vereador Ney Campello (PMDB — Salvador, BA)
Vereador Edson Simões (PMDB, SP)
Vereador Ananias Kir Biykian Neto (PMDB — Osasco, SP)
Vereador Antônio Salomides Paz (Novo Hamburgo, RS)
Duarte Pacheco Pereira, jornalista, SP

Carlito Maia, publicitário, SP
Diversas sucursais da TO
Geraldo Sampaio — Maceió, Alagoas
Maurício e Mirtes Palhares de Campos — Campinas, SP
Joel G. Santos — São Paulo, SP
Kazuo Issayama — Araçatuba, SP
Arthur de Paula — Salvador, Bahia
Odete Ghannam — Departamento Feminino do Diretório Regional do PMDB — Goiás
Arte Pau-Brasil — São Paulo, SP
Distribuidora Record S. A. — Rio de Janeiro, RJ
Proposta Editorial — São Paulo, SP
Indústria de Confeccões Sardelli — Curitiba, Paraná, SP

CCO agradece

As pessoas e entidades amigas do Centro de Cultura Operária nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Goiás, Piauí, Pará, Amazonas e Acre que nos enviaram cartões de boas-festas com votos de muitos êxitos.

A todos, os nossos agr-

decimentos, desejando-lhes que 1985 seja um ano repleto de vitórias para o nosso povo. Esperamos contar com a simpatia e colaboração para que bem possamos cumprir o nosso dever e atingir nossos objetivos. Que o ano que se inicia seja pleno de amplas liberdades, pela completa independência, por uma Constituinte livre e soberana. (José Duarte, presidente do CCO — São Paulo)

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Chico: canções que refletem o Brasil que está nas ruas

Chico Buarque em um de seus melhores discos

Após dois anos afastado dos discos, Chico Buarque de Holanda lançou, no fim do ano, um novo LP, que leva seu nome. Trata-se de um dos melhores trabalhos de Chico, com uma música despontando nas rádios: “Vai Passar”.

O Brasil de hoje, que vai às ruas lutar, reivindicar seus direitos, está presente. Em *Pelas Tabelas*, o poeta vê “todo mundo na rua de blusa amarela”, “a cidade de noite batendo as panelas”, “um bocado de gente descendo as favelas” e chega a pensar “que era o povo que vinha pedir a cabeça dum homem que olhava as favelas”...

Em *Vai Passar* Chico Buarque refere-se a uma “página infeliz da nossa história, passagem desbotada na memória das nossas novas gerações”, quando a pátria “era subtraída em tenebrosas transações”.

Um tempo em que o próprio Chico viu-se obrigado a afastar-se do Brasil, devido ao terror político, social e cultural imposto pelos generais no poder. Tempo em que, da Itália, pediu perdão “pela omissão um tanto forçada” (frase censurada da música *Samba de Orly*, de parceria com Vinícius e Toquinho).

Época em que o compositor se guardava “pra quando o carnaval chegar”, mas que anunciava que “amanhã, vai ser outro dia”. Pois bem, agora ele convida: “Vem ver de perto uma cidade a cantar a evolução da liberdade até o dia clarear”.

O tema da infância desassistida, de menores relegados à marginalidade, superexplorados no subemprego, não é recente em Chico Buarque. *Pivete e Meu Guri* foram canções adotadas pelos trabalhadores e democratas amantes da boa música. Agora, apresenta *Brejo da Cruz*, da qual vale destacar a interpretação do cantor. E redescobre uma “novidade que tem no Brejo da Cruz. E a criança se alimentar de luz”. São os melhores dos seres, o autor

alerta, lembrando aos jardineiros, guardas-noturnos, casais, passageiros, bombeiros, babás, faxineiras, os que balançam nas construções, bilheteiros, baleiros e garçons “que existe um Brejo da Cruz, que (eles) eram crianças e que comiam luz”.

O Chico lírico e cronista da vida urbana, herdeiro de Noel Rosa, está presente em *Suburbano Coração*:

“A casa está bonita
A dona está demais
A última visita
Quanto tempo faz
Balançam os cabides
Luzes se acenderão
O amor vai pôr os pés
No conjugado coração.”

Está presente em *Tantas Palavras*:
“Nós aprendemos
Palavras duras
Como dizer perdi, perdi
Palavras tontas
Nossas palavras
Quem falou não está mais aqui.”

Ao fazer o *Samba do grande amor*, para o filme “Para viver um grande amor”, Chico assume o estilo e a poesia de Vinícius de Moraes, autor da peça que inspirou o filme:

“Hoje eu tenho apenas uma pedra no meu peito
Exijo respeito, não sou mais um sonhador
Chego a mudar de calçada
Quando aparece uma flor
E dou risada do grande amor Mentira.”

Um disco que certamente será incorporado ao que de melhor foi produzido no cancioneiro do Brasil. Obra de um artista de talento, ligado aos sentimentos e anseios de seu povo. O nosso povô. (Carlos Pompe)

Não houve surpresas nos resultados da primeira grande competição do calendário esportivo brasileiro de 1985. A Corrida Internacional de São Silvestre, disputada nas ruas de São Paulo na noite da passagem do ano, foi vencida pelos portugueses Carlos Lopes e Rosa Mota, favoritos mais fortes antes da prova.

A imprensa esportiva, os observadores especializados e os próprios atletas não tinham dúvidas em apontar o favoritismo da dupla de compatriotas lusitanos para o primeiro lugar da 60ª edição da Corrida Internacional de São Silvestre. Carlos Lopes, vencedor da prova em 1982, não disputou o ano passado por estar contundido. E como dificilmente teria deixado de vencer, dada a sua superioridade técnica diante dos que então disputaram a corrida, perdeu a chance de igualar uma façanha só realizada por um corredor em toda a história da competição: o argentino Osvaldo Suarez, que foi o campeão dos anos de 1958, 59 e 60.

Carlos Lopes credenciou-se para a vitória, principalmente, por ter vencido na maratona das Olimpíadas de Los Angeles. Apesar de outros vencedores de maratona também o serem na prova de São Silvestre, como Frank Shorter, dos EUA, e o iugoslavo Emil Zatopek, por exemplo, foi a primeira vez que a coincidência se deu no mesmo ano, rompendo mais um tabu dessa tradicional corrida.

O Brasil ficou com a segunda colocação, conquistada por José João da Silva, 38 segundos atrás de Carlos Lopes. José João da Silva liderou boa parte da corrida e parecia conduzir a prova para um final emocionante e disputado. Mas ao iniciar o trecho mais difícil,



Mais de 8 mil participaram da bela e emocionante corrida, que foi ganha pelo português Carlos Lopes

o da Av. Consolação, um aclive acentuado de mais de 2 km, foi fulminado por Carlos Lopes com mais de 50m de vantagem, acabando com as esperanças dos torcedores brasileiros. Carlos Lopes rompeu a fita, no funil de chegada, com a mesma condição física que exibira na largada, ao passo que o atleta brasileiro venceu os últimos metros muito mais com o coração e o incentivo da torcida do que com os próprios pés e pulmões.

A dificuldade dos atletas brasileiros em conquistar a vitória nessa corrida, que se inscreve entre uma das mais importantes do calendário mundial de atletismo, já se tornou tradicional. Na sua fase internacional o Brasil somente venceu duas vezes. Uma delas com João José da Silva, em 1980, e outra em 1983 com João da Mata. As outras 37 provas foram todas vencidas por corredores estrangeiros, a maioria deles de países latino-americanos.

A corrida é disputada por grande número de corredores. Nesse ano mais de 8 mil se inscreveram. A maioria tem pouca experiência em provas desse tipo. E são eles que compõem e mantêm um dos aspectos mais tradicionais da promoção. Nas décadas de 20 até 50, quando a prática do esporte era ainda mais restrita que atualmente, a maioria esmagadora dos corredores se compunha de trabalhadores que faziam dela uma comemoração da passagem do ano. E antes do domínio da televisão, as ruas de São Paulo ficavam lotadas no percurso da corrida pela população simples, que festejava a chegada do ano novo assistindo e torcendo nas calçadas repletas.

A história da corrida revela passagens folclóricas e curiosas. Uma das mais divertidas aconteceu quando os organizadores da competição, os diretores do jornal paulista “A Gazeta Esportiva”, trouxeram alguns índios das reservas brasileiras para derrotar no asfal-

to os bem preparados atletas europeus. A população viveu grande expectativa. E não eram poucos os que se deliciavam com uma vitória da pureza selvagem contra o progresso metropolitano. Os índios eram valentes e resistentes, como demonstraram no decurso da competição. Mas o primeiro a atingir o funil de chegada, num grupo de três corredores, ficou atrás dos primeiros quarenta classificados.

A versão feminina da competição, introduzida na década de 70, foi vencida pela quarta vez consecutiva pela corredora portuguesa Rosa Mota, que só teve uma corredora a ameaçar sua hegemonia e seu favoritismo. A jovem brasileira Jorilda Sabino, matogrossense de 14 anos, ganhou o segundo lugar pela segunda vez. Nas duas oportunidades, Jorilda correu com os pés descalços. E afirma, com toda segurança, que se usasse tênis não conseguiria sequer cumprir todo o percurso da prova.

Cartolas dominam futebol em SP

Nabi Abi Chedid, José Maria Marin e Felipe Cheidde, políticos bastante conhecidos do povo paulista, disputam a direção do futebol de São Paulo. É mais uma edição da odiosa intervenção dos políticos para favorecer suas carreiras e satisfazer suas vaidades.

Nas últimas eleições da Federação Paulista de Futebol, José Maria Marin e Nabi Abi Chedid disputaram em chapas diferentes a presidência da entidade. O primeiro era então vice-governador do Estado e pretendia, com o controle da Federação, fortalecer o esquema do deputado Paulo Maluf para atingir a Presidência da República. Nabi não queria de forma alguma perder a presidência que detinha, porque pretendia usá-la para atingir a presidência da CBF, principalmente durante a gestão que poderia organizar o mundial de futebol, uma vez que o Brasil ainda era um dos candidatos à sede em substituição à Colômbia, que aparentava a disposição de desistir, o que mais tarde se confirmaria.

Os dois principais pólos de ambição dos dois candidatos, como se vê, ruíram por terra. Maluf enterrou-se no isolamento e no repúdio do povo e da classe política e a sonhada oportunidade de organizar a Copa parou na obstinação de João Havelange em não abrir nenhuma possibilidade de dividir sua liderança no futebol brasileiro. José Maria Marin venceu a eleição, depois de extenuante e vergonhosa batalha de golpes judiciais e maracutaías de bastidores.

Passados três anos e o futebol tendo permanecido abandonado à própria sorte, que não é preciso dizer que tem sido das piores, os dois antagonistas esqueceram as divergências e se uniram em torno de novas e imediatas ambições. José Maria Marin acha que, depois de alguns meses de mandato biônico e inexpressivo no governo de São Paulo, tem condições de disputar o posto em pleito direto.

Até lá precisa da direção da Federação para ganhar espaço na imprensa e se articular com o resto dos municípios paulistas. A maioria das Ligas de fu-

tebol do interior do Estado, como também os clubes das divisões menores, são presididas por chefes políticos regionais. A Federação é um aparelho importantíssimo de contato com essas lideranças.

Nabi continua pensando na CBF. E sendo antigo dissidente do PDS paulista, pensa obter apoio da Aliança Democrática para ocupar um possível Ministério dos Esportes.

Nenhum nunca prestou serviço de relevância ao esporte de São Paulo. José Maria Marin, antes de ocupar a presidência da FPF, só conhecia o futebol de algumas semanas de escalção na ponta direita do São Paulo. Fato que ele usa para afirmar o seu passado de esportista. Nabi foi presidente do Bragantino, clube da segunda divisão de profissionais, que dirigiu para promover-se e ganhar uma cadeira na Assembleia Legislativa. A aliança entre ambos enfrentará a chapa liderada por Felipe Cheidde, deputado federal do PMDB paulista que diversas vezes constou nas listas de apoios da oposição a Maluf. Dificilmente as duas raposas mais experientes e ora concluía

das perderão. Votam nas eleições os presidentes dos clubes das três divisões e os presidentes de todas as ligas municipais. Marin e Nabi têm mais recursos para adoçar o bico da moçada e já vinham amarrando seus apoios desde as últimas eleições.

Mas parece que não será desta vez que a indignação geral acanhará esses urubus de casaca. O futebol, em São Paulo, continua nas mãos da estupidez e no carreirismo dos cartolas. (Jessé Madureira)



José Maria Marin, oportunista

Leia e assine a Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.

Telefone: 36-7531 (DDD 011).

Telex: 01132133 TLOBR.

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro - Telefone 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetitinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro.

Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44080 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96, CEP 47-500.

SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro. CEP 40.000.

Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf), CEP 43.700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

Tribuna Operária

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960.

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 193, sala 205 - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luis: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7895 - CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadarez, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - CEP 80000. Londrina: Rua Seripe 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária.

Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	☐	Cr\$ 50.000,00
Anual popular (52 edições)	☐	Cr\$ 25.000,00
Semestral (26 edições)	☐	Cr\$ 23.400,00
Semestral popular (26 edições)	☐	Cr\$ 11.700,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐	US\$ 70,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

ESTADO: _____ DATA: ____/____/____

PROFISSÃO: _____

Endereço a partir com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado.

Envie hoje o seu cupom

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 450 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna economiza mais de Cr\$ 50 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer.

Assine a Tribuna. Preencha e envie hoje o cupom ao lado.

Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Tribuna Operária

Francisco e João não mudaram

Tancredo sai na frente no Colégio

Comunidade de São Francisco

Comunidade de São Francisco

Comunidade de São Francisco

CAÇADA HUMANA NA MATA

Mais de 300 soldados da Polícia Militar do Pará, comandados pelo coronel Cleto, desenvolvem há um mês uma verdadeira operação de guerra contra milhares de lavradores da gleba Cidapar — palco do maior conflito de terras existente hoje no Pará e talvez no Brasil. Quem relata é Paulo Fonteles, advogado de posseiros e deputado, após visitar a região.

O objetivo alegado para a ação militar no município de Vizeu é prender o famoso *gatilheiro* Quintino, que atua ao lado dos lavradores, e Abel, outro comandante da resistência à grilagem. Com esse pretexto a PM espalhou o terror entre a população local. Torturou indiscriminadamente. Invadiu casas. Jogou bombas. Violou moças. Espancou crianças. Obrigou lavradores a servir de guias. Receditou a selvageria das antigas “volantes” nordestinas ou da repressão à guerrilha do Araguaia.

No último dia 26, uma patrulha da PM metralhou próximo à vila do Cristal a residência de um posseiro, Maximiano, matando Antônia, mulher de Quintino, e mais um lavrador. Os mortos foram deixados mais de uma semana insepultos. O fato provocou a organização de uma caravana de dezenas de entidades e parlamentares paraenses, da qual participamos, que visitou a região no dia 29 e realizou um ato público na vila do Cristal. A caravana colheu depoimento em fitas gravadas e bateu fotografias. Agora, prepara um documento de denúncia das atrocidades cometidas pela PM, a ser entregue ao governador Jader Barbalho, pedindo a retirada da polícia.

Os homens, sob o comando do coronel Cleto, articulados com oficiais do aparelho repressivo montado sob a ditadura, vasculham a região numa caçada humana dirigida contra Quintino e Abel. Impotente para alcançar essa meta, dado o grande apoio da população local aos dois líderes (veja o quadro ao lado), se desesperaram. E passaram a usar as piores violências e torturas contra os moradores.

Arrancaram as unhas do Paraná para que delatasse os líderes

Ainda no início de dezembro o Paraná, agricultor da área, foi preso pela PM, levado para Belém e barbaramente torturado. Arrancaram inclusive as unhas das suas mãos para que ele dissesse onde estavam Quintino e Abel. Depois, foi obrigado a servir de guia para as tropas que entraram na mata.

Desde então o terror generalizou-se. José Antônio Ferreira de Lima, lavrador do Cristal, com uma perna recentemente amputada, conta: “Eles entraram na minha casa. Quebraram tudo. Quebraram a minha cama, meu guarda-roupa, meu guarda-louças. Levaram a minha rede e bateram na minha perna operada. Eram mais de 15 PMs, chefiados pelo tenente Queiroz. Queriam saber o paradeiro do Quintino”.

“Me apalparam e meteram a mão por baixo da minha saia”

Joaquim Rosa, outro morador do povoado, também depõe: “No dia 19 de dezembro, mais de 15 PMs me pegaram. Me deram tapa, pisão, cutucada com fuzil. Meteram um pau na minha boca. Me ataram os braços abertos num pau. Assim eu fiquei por mais de uma hora. Me obrigaram a levar eles aonde estavam os homens do Quintino. Se eu não levasse, eles me disseram que iam me matar e me enterrar lá onde eles mataram a Antônia”.

Um moradora de 18 anos, Rosemeire Miranda de Oliveira, relata o que



Quintino, o “gatilheiro, matador de cabra safado”, mostra suas armas; já Abel até hoje não foi fotografado



PMs conduzem prisioneiros: a mulher de Quintino, morta a tiro, ficou uma semana sem sepultura

lhe fizeram: “No domingo (23 de dezembro), à tarde, a PM invadiu nossa casa. Foram logo me batendo. Me deram murro. Botaram o revólver armado na minha nuca e na minha boca. Puxavam meus cabelos. Toda vez que eles perguntavam onde estavam os homens e eu respondia que não sabia, eles me davam um soco. Depois eles passaram a me apalpar e meter a mão por debaixo da minha saia”.

O próprio delegado distrital da vila do Cristal confirmou: “Nesse domingo a PM invadiu a minha própria casa. Pegaram o meu filho e começaram a bater nele, ameaçando ele de fuzilamento se ele não falasse onde estavam os homens. Botaram uma bomba dentro da minha casa, que fedia demais. Eu mesmo, avisado por um vizinho, fiquei fugido de casa durante muitos dias. Eles ficaram acampados na minha casa, sendo donos de tudo. Roubaram quatro calças, cinco relógios, duas bolsas, uma rede, um par de esporas e três vestidos. Tinha soldados fardados e gente à paisana, que pareciam pistoleiros”.

Jáder: “16 de março pedirei a Tancredo a desapropriação”

Dona Maria Luiza Ferreira Reis, mulher de Gaudino dos Reis, o *Sitinho*, denuncia que seu marido foi seqüestrado pela PM e obrigado a servir de guia: “Ele foi debaixo de ordem. Pegaram ele quando ele veio fazer a feira, botaram ele na frente dos soldados. Sei que agora ele está lá na base do 47. Com toda essa questão da polícia agora — acrescenta —, as famílias estão abandonando a área. Mais de cem famílias já largaram a terra, deixando tudo pra trás por causa da polícia”.

Diante destes acontecimentos, amplamente noticiados em Belém (mas silenciados pela imprensa do restante do país), o governador Jader Barbalho declarou em público que no dia 16 de março irá ao futuro presidente Tancredo Neves requerer imediatamente a desapropriação da Cidapar-Propará, para que seja restaurada a paz no Pará e Maranhão. No ato público realizado na vila do Cristal, no entanto, todos os oradores responsabilizaram o governo do Estado pelas

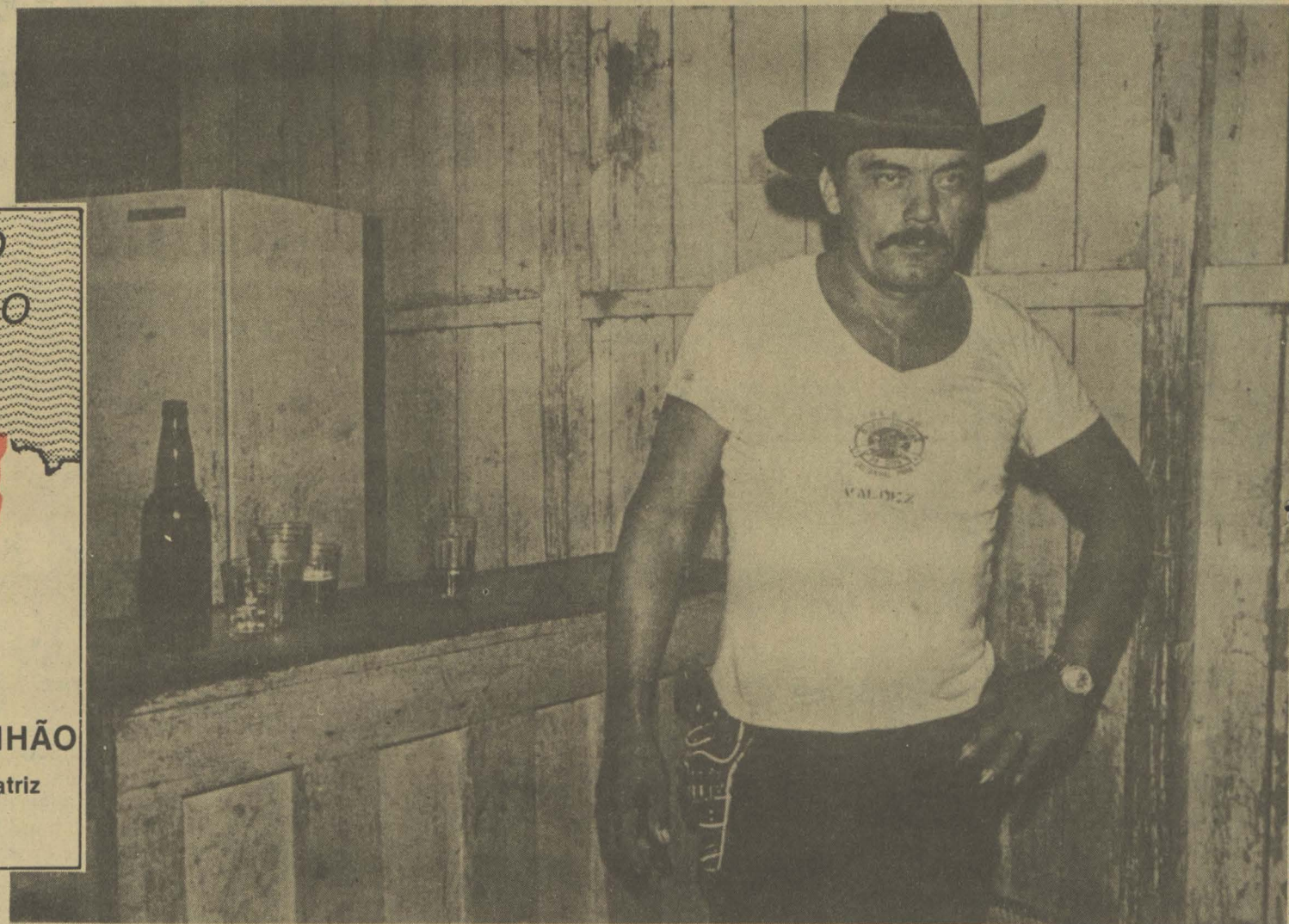


Foto: Miguel Chikako

História de fraude e sangue

O conflito começou há mais de dez anos, quando a Cidapar (Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará) elaborou um projeto agro-industrial para a região de Vizeu, no norte do Pará, fronteira com o Maranhão. Para implantar-se ela adquiriu cinco *cartas de sesmarias*, datadas de mais de duzentos anos, que nunca haviam sido confirmadas nem demarcadas e, portanto, sem qualquer valor legal.

Munida dessas cartas, a empresa ingressou com uma ação demarcatória afirmando ter direitos sobre mais de 380 mil hectares de terra. E num processo fraudulento, conseguiu a sentença confirmando a fantástica grilagem de uma área habitada na época por 40 mil pessoas, espalhadas por 36 povoados.

Com a sentença judicial em mãos, a Cidapar conseguiu uma fábula de dinheiro para financiar o projeto. Mas assim que pôs a mão no financiamento abriu falência, as terras foram levadas à hasta pública e terminaram nas mãos de outras empresas, como a Propará, de Joaquim Oliveira, o Banco Real, a Bangu e outras. Revelado o escândalo, o governo estadual tentou anular a sentença judicial. O Incra habilitou-se no processo, porque havia terras suas também griladas. A Funai idem, pois o grilo atingia as terras dos índios também. O Tribunal Federal de Recursos já mandou anular três dos cinco processos demarcatórios que o caso inclui.

Enquanto isso, a Cidapar-Propará desencadeou a perseguição contra os moradores, muitos deles nascidos na área, que é de colonização antiga. Numa madrugada, três anos atrás, foi assassinado dentro de sua própria casa no povoado do Alegre o principal líder dos lavradores, Sebastião Mearim. Os assassinos eram três pistoleiros a mando da Cidapar.

Em março passado o vice-presidente da empresa, sr. Fernando Halfen, declarava afrontosamente a repórteres e parlamentares em visita à área que possuía 50 homens adestrados militarmente para “cortar” todas as terras, independente de ordem judicial. E que teria tantos homens armados quantos fossem necessários para completar a grilagem.

A região virou um inferno. Os homens da Propará, vestidos com fardamento de guerra na selva e

usando helicópteros, sobrevoavam os povoados dando rajadas de metralhadora, chefiados por um pistoleiro conhecido como capitão James. Lavradores foram assassinados. Casas invadidas. Roças queimadas. Homens e mulheres espancados.

Os camponeses de Vizeu durante anos lutaram pacificamente pelo seu direito à terra. Deslocaram-se dezenas de vezes até Belém, em comitivas de até mil moradores, para pedir providências às autoridades. Até que, diante da violência que corria solta, decidiram acabar eles mesmos com a jagunçagem na região.

Um grande número deles organizou-se por povoados e, usando a mata como defesa, começou a dar combate permanente aos pistoleiros.

Aparecem Quintino e Abel, os líderes

Surgiram daí duas novas lideranças camponesas — Quintino e Abel. Quintino (Armando de Oliveira da Silva), lavrador de Bragança, um município vizinho, que teve sua roça queimada e a casa destruída, intitula-se “gatilheiro, matador de cabra safado”. Diz-se melhor que Lampião, gosta de posar para fotografias com suas armas na mão e de dar entrevistas. Já Abel, lavrador nascido na própria área grilada, diz que sua verdadeira mãe é a mata e que não abandonará a luta dos trabalhadores, porém evita as entrevistas e nunca foi fotografado.

O certo é que sob a liderança de Quintino e Abel os lavradores dizimaram entre abril e julho os grupos de pistoleiros da Propará. Segundo informações, teriam liquidado mais de 50 jagunços contratados pela empresa, numa operação que envolveu dezenas de confrontos armados nos quais, apesar de três mortes por parte dos posseiros, a jagunçagem levou a pior.

Duplamente derrotada, no campo e na cidade, nos tribunais e nas matas, a Propará foi bater às portas do aparelho repressivo do regime militar de 1964. Apelou para a indústria do anticomunismo. Agitou o fantasma da subversão no campo e da sublevação popular. E com isso tratou de acionar as forças policiais contra os camponeses.

O governador do Pará, Jader Barbalho, eleito pelo PMDB, tentou uma solução para o problema comprometendo-se com a Propará a demarcar uma área segundo os limites prescritos nas *cartas de sesmarias* (uns 110 mil hectares) e entregando o resto aos lavradores. A empresa recusou.

Jáder então pediu ajuda ao governo federal, único com poderes para “desapropriar” o grilo. Entretanto, segundo noticiou a imprensa local, Brasília avisou através do ministro-general Danilo Venturini que só tomaria qualquer medida depois da prisão de Quintino e Abel.

Sucumbindo diante das pressões do regime — para quem o importante é esmagar a resistência popular —, o governo estadual acionou então a enorme força policial para caçar Quintino e Abel, a qualquer preço.



O governador Jader Barbalho concede entrevista: explicação impossível

CDM

Centro de Documentação e Informação

Fundação Maurício Grabois